

EDUARDO OSTI GRACIA

OS GOVERNOS DE VARGAS E DE LULA
EM RELAÇÃO ÀS MASSAS:
UM BREVE QUADRO
COMPARATIVO

PUC – SP
SÃO PAULO
2012

EDUARDO OSTI GRACIA

OS GOVERNOS DE VARGAS E DE LULA
EM RELAÇÃO ÀS MASSAS:
UM BREVE QUADRO
COMPARATIVO

Monografia para a obtenção do título de
Especialista em História, sob orientação
da Prof^a Maria Auxiliadora Dias Guzzo.

PUC – SP
SÃO PAULO
2012

AGRADECIMENTOS:

A minha família, especialmente minha mãe, e às pessoas que foram importantes nesta trajetória, mas por percalços da vida, não fazem mais parte do meu cotidiano. Todos foram muito importantes por me incentivar a conclusão de mais esta etapa da minha vida.

RESUMO:

À luz das principais teorias sobre o tema, este trabalho compara os governos de Getúlio Vargas e de Luis Inácio Lula da Silva no que se refere a proximidade estabelecida com as massas. Apesar das diferenças, separadas por mais de meio século, busca-se compreender em que medida o populismo de Vargas, caracterizado por um tipo específico de relação entre Estado e as classes populares, foi revivido por Lula, a ponto deste ter dado origem ao fenômeno conhecido por *lulismo*.

ABSTRACT:

In light of the main theories on the subject, this paper compares the governments of Getulio Vargas and Luis Inacio Lula da Silva regarding the proximity established with the masses. Despite the differences, separated by more than half a century, we seek to understand the extent to which Vargas's populism, characterized by a specific type of relationship between the state and the working classes, was revived by Lula, the point of this has given rise to the phenomenon Lulism known.

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| 1. Introdução | p. 05 |
| 2. Discussão teórica | p. 08 |
| 3. Getúlio Dornelles Vargas | p. 20 |
| 3.1. Breve biografia | p. 20 |
| 3.2. Os governos de Vargas (1930 à 1945 e 1951 à 1953) | p. 21 |
| 3.3. Getúlio, os trabalhadores e o populismo | p. 32 |
| 4. Luis Inácio Lula da Silva | p. 39 |
| 4.1. Breve biografia | p. 39 |
| 4.2. Os governos Lula (2003 à 2006 e 2007 à 2010) | p. 40 |
| 4.3. Lula, as classes pobres e o lulismo | p. 51 |
| 5. Vargas X Lula | p. 60 |
| 6. Conclusão | p. 70 |
| 7. Bibliografia | p. 72 |

1. Introdução

A relação estabelecida entre alguns políticos brasileiros e as massas populares é bastante conhecida da historiografia brasileira em geral, principalmente para os historiadores dedicados às análises da história nacional após a chamada Revolução de 1930. A partir dela, inicia-se uma prática política que perdurará até o ano de 1964, data do golpe militar, conhecida como populismo. Tal prática não foi uma característica exclusiva do Brasil, mas vigorou por volta das décadas de 30, 40 e 50 em quase todos países da América Latina. Apesar disso, ainda hoje, historiadores e analistas políticos buscam compreender alguns governos, mais uma vez, principalmente da América Latina, tendo como referência o conceito elaborado há décadas para designar uma forma específica de relacionamento entre o Estado e sua população, sobretudo, aqueles setores populacionais pertencentes às classes mais pobres. Este trabalho, de maneira alguma, tem a pretensão de cobrir todo o período acima descrito, nem todas as formas de políticas populistas surgidas no Brasil e na América Latina. O seu recorte temporal refere-se aos dois períodos de Getúlio Vargas na presidência (1930-1945 e 1951-1954) e aos dois governos de Lula (2003-2006 e 2007-2010). Enquanto Vargas ficou conhecido como o “pai dos pobres”, fundador e principal representante do populismo brasileiro, Lula tornou-se referência por conta da criação do *lulismo*, que alguns analistas políticos acreditam se tratar de um novo populismo. Portanto, o objetivo geral do trabalho é analisar como estes dois presidentes conseguiram estabelecer em seus governos relações com as massas, tendo como referências o populismo em Vargas e o *lulismo* em Lula.

O período escolhido para o trabalho é muito grande, mas fundamental para explicar o surgimento tanto do populismo, quanto do *lulismo*. Isso porque ambos surgem nos primeiros governos dos respectivos presidentes, se consolidando apenas no segundo momento em que assumem a presidência. Assim, para tornar possível o trabalho, serão focalizados os fatos e acontecimentos relacionados ao tema apresentado ou que, de alguma forma, tenham relações com o mesmo. Isso não significa desconsiderar outros fatos para o

entendimento da história do período, mas apenas que o recorte do trabalho exige que seja dada prioridade a alguns pontos em detrimento de outros.

Toda a discussão teórica, de certa forma, faz referência às características do populismo, pelo menos na sua versão mais abrangente; afinal, o *lulismo* pode ser considerado a primeira forma de populismo do século XXI do Brasil. Por conta disso, se faz necessária uma ressalva de fundamental importância: é preciso tomar muito cuidado para não tratar o conceito ou fornecer explicações a partir dele, de forma anacrônica. Isso porque, enquanto fenômeno político, o populismo diz respeito às explicações de determinadas épocas, sujeitas a certas dinâmicas históricas, políticas e sociais. Apesar de algumas práticas atuais receberem a denominação de populistas, histórica e academicamente falando, esta caracterização é, no mínimo, imprecisa. Especificamente sobre Lula, alguns analistas políticos dos principais veículos de comunicação cometem tal falha e o chamam de líder populista. Contudo, por não estarem preocupados com o rigor acadêmico da formulação conceitual e sim com a transmissão das notícias e das suas opiniões para a sociedade, cometem um deslize aceitável. Outros, para evitar anacronismos, preferem utilizar o termo “neo-populista”. De qualquer modo, o conceito *lulismo* para Lula é o que melhor se aproxima daquele outro.

Por terem os governos de Vargas se encerrado há um bom tempo, parece já estar consolidada na literatura histórica e política a abrangência e os significados do populismo, especialmente no Brasil. Se ainda não há consensos, e talvez nunca haja mesmo, isto é devido a questões mais pontuais e específicas, visto que as análises mais estruturais já foram realizadas. O mesmo não ocorre com o *lulismo* e por dois motivos, todos relacionados com a proximidade do governo Lula, encerrado no ano de 2010: 1) mesmo entre acadêmicos e analistas políticos ainda há divisões partidárias e ideológicas bastante acentuadas, porventura, inconscientes; 2) o fenômeno do *lulismo* é ainda muito recente e, muito provavelmente, não mostrou todas suas consequências para a sociedade, quer sejam elas boas ou ruins. Estes problemas são absolutamente compreensíveis quando se pretende fazer aquilo

que se convencionou chamar de “história imediata”. Apesar disso, o trabalho em questão se limitará a expor a definição que parece ser a mais corrente na literatura histórica e política deste termo, pelo menos entre os pensadores mais a esquerda.

Quanto aos autores que compõem o quadro teórico deste trabalho será usada a obra clássica do ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) Francisco Weffort, “O populismo na política brasileira”, para embasar a teoria do populismo. Em relação ao *lulismo*, será usado o artigo de Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes, professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), “O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal”. Outro artigo de Marques e Mendes, inclusive, será utilizado no decorrer da análise.

Da perspectiva da teoria, foram usados, ainda, outros autores que aparecerão ao longo do trabalho. Estes servirão apenas para dar suporte às argumentações específicas ou fatos narrados, não entrando na discussão teórica propriamente dita, seja do populismo, seja do *lulismo*. Alguns, contudo, estabelecem diálogo com as premissas teóricas mencionadas. Estes são os casos, por exemplo, de Thomas Skidmore, historiador norte-americano, um dos maiores historiadores brasilianistas, e Merval Pereira, nome consagrado do jornalismo, especializado em crítica política. O uso das colunas políticas de Merval é interessante, pois são produções periódicas, semanais ou diárias, dependendo da época em que escrevia, realizadas para o entendimento do cotidiano da política brasileira e, por vezes, têm a capacidade de captar situações pontuais, ligadas mais ao cotidiano, que passariam despercebidas em análises mais aprofundadas. Junto com outros analistas, Merval compõe o rol de críticos de Lula, o que também traz um olhar interessante sobre o governo analisado.

O trabalho está dividido em cinco grandes partes, algumas com subdivisões: a discussão teórica; os governos de Vargas e a relação com as massas; os governos de Lula e a relação com as massas; comparações entre ambos; e conclusão.

Apesar da proximidade histórica do fenômeno capitaneado por Lula, o *lulismo*, não há a pretensão de posicionamento político-partidário sobre ele, tão pouco em relação ao

populismo¹. Apesar disso, é amplamente sabido, sobretudo na área das ciências humanas, que a tão buscada neutralidade pretendida pelos positivistas é impossível. Assim, espera-se uma abordagem o menos parcial possível do significado do populismo e do *lulismo*.

2. Discussão teórica

O populismo no Brasil é um fenômeno iniciado com a chegada de Vargas à presidente, por conta do movimento de 1930, e prolonga-se na república nacional até 1964; não é à toa que a república entre 1946-1964 se fez também conhecida como República Populista, quando João Goulart sofreu o golpe de Estado, dado pelos militares. Uma completa discussão teórica do populismo, portanto, deveria encarregar-se de analisar todo o período entre 1930/1964. Entretanto, como a primeira parte do recorte temporal e histórico deste trabalho é mais breve, a análise do populismo será focalizada apenas durante os governos de Vargas. A referência a outros momentos desta prática, quando necessária, será feita apenas a título de compreensão do fenômeno como um todo.

Um dos melhores trabalhos já produzidos, até hoje, sobre o assunto é de Francisco Weffort, “O populismo na política brasileira”. Trata-se de uma coletânea de artigos, a primeira metade deles publicados na década de 60 em revistas brasileiras especializadas e, a segunda, no momento da primeira edição do livro, 1978, na ocasião inédita em português. O trabalho privilegiará os primeiros artigos, pois eles enfocam exatamente aquilo que interessa no momento.

Weffort afirma que o populismo no Brasil só pode ser entendido quando analisados três aspectos. Em primeiro, o desenvolvimento e os significados da Revolução de 30, responsável pela crise da oligarquia e do liberalismo no país. Em segundo, o consequente problema, com todas as suas variantes, enfrentado pelos grupos dominantes urbanos que

¹ Sem sombra de dúvidas, já a escolha do recorte teórico do trabalho mostra o quão impossível é a neutralidade absoluta.

tentavam substituir as oligarquias rurais no controle político do Brasil. E, por último, a emergência das classes populares, devido ao desenvolvimento urbano e industrial brasileiro, levando à necessidade dos novos grupos dominantes incorporarem estas massas ao jogo político (WEFFORT, 2003, p. 69).

Apesar da existência de diversos tipos de populismo, o que poderia descaracterizar todas essas práticas como um fenômeno único, alguns pontos aparecem em comum em todos os políticos populistas: “o interesse que todos têm na conquista do voto popular e na manipulação das aspirações populares”². Em outras palavras, o populismo foi uma prática política específica da política brasileira no momento de desenvolvimento urbano e industrial em que as massas, sedentas por conquistar ou preservar direitos, eram utilizadas como instrumento pelos políticos para conseguirem votos nas eleições. Uma das maiores questões colocadas por Weffort, motivo para que apareça em todos os artigos do livro, é explicar o surgimento dessas massas populares neste momento específico e não em outro qualquer.

A crise da República, denominada como Velha por certa historiografia, relaciona-se com um duplo significado político-social, a decadência das oligarquias e a ampliação das bases sociais do Estado. Sobre o primeiro, as consequências da crise da Bolsa em 1929, o racha da política do café-com-leite e a queda das elites oligárquicas são os acontecimentos mais imediatos que atestam o enfraquecimento destes grupos a ponto de perderem, em 1930, o monopólio do controle do poder político. Em relação à ampliação das bases sociais, ela é fruto do crescimento e participação cada vez maior das incipientes classes médias e da burguesia nascente, ambas vinculadas à industrialização brasileira, no processo que conduziu à debilidade política dos grupos agro-exportadores que sofreram com a crise do regime oligárquico (WEFFORT, 2003, páginas 71-72).

Dos grupos que ajudaram a derrubar o regime oligárquico, Weffort enxerga as classes médias como o mais importante. Em poucas palavras, estes grupos representaram o

² WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 70

processo de desenvolvimento e industrialização das grandes cidades, sobretudo a de São Paulo, as insatisfações com a estrutura de poder, baseada nos setores agrários, e a ausência dos domínios dos “coronéis”. Em contrapartida, estavam excluídas da representação política e suas aspirações eram ignoradas pelos controladores do poder, as oligarquias estaduais. Apesar das classes médias serem um grupo bastante amplo e que tiveram forte influência dentro da Aliança Liberal, elas não possuíam condições políticas e econômicas que lhes permitissem uma ação política autônoma³, pois em grande medida eram ainda dependentes dos setores rurais dominantes (WEFFORT, 2003, p. 51).

Junto com as classes médias, a outra força significativa da Aliança eram os setores rurais tradicionais menos vinculados às exportações. Entretanto, após 1930, nenhuma das duas “conseguem estabelecer solidamente as bases do novo poder”⁴, e, muito menos, qualquer outro grupo vitorioso. Para Weffort essa circunstância possibilitou a criação de um novo compromisso, de um Estado desinteressado no atendimento de interesses políticos imediatos, passando a se constituir de fato em um órgão político e a se impor como soberano na sociedade. É neste cenário que Weffort enxerga o surgimento das massas.

Não obstante, o compromisso não legitima o Estado e este não subsiste sem legitimidade. Pode-se dizer que mesmo na oligarquia se observa uma solução de compromisso de que tomam parte os mesmos grupos e que tem como base os interesses cafeeiros. [...] Depois de 1930, contudo, *estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo*, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimação do Estado.

[...]

Nessas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: *as massas populares urbanas. É a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro* (grifo meu) (WEFFORT, 2003, p. 54).

³ A justificativa para isto é que “diferentemente da velha classe média americana, não tinham embasamento social e econômico na propriedade independente, mas em atividades subsidiárias (Estado e serviços) na estrutura social de grande propriedade. Esses setores nunca conseguiram (por força de sua situação de dependência, neste contexto em que a propriedade é o padrão social e econômico) definir uma atividade política plenamente radical. Nunca conseguiram, por um lado, formular uma ideologia adequada à situação brasileira, isto é, uma visão ou um programa para o conjunto da sociedade brasileira; adotaram os princípios da democracia liberal que, nas linhas gerais, constituem o horizonte ideológico dos setores agrários. Ademais, suas ações nunca puderam superar radicalmente e com eficácia os limites institucionais definidos pelos grupos dominantes” (WEFFORT, 2003, p. 52).

⁴ WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 53.

Somado ao fim do sistema oligárquico e todas as suas implicações, tal como apadrinhamentos políticos ou domínios pessoais dos “coronéis”, a ausência de um grupo político para reivindicar para si as bases sólidas do Estado exigiu a instituição de um novo compromisso. Sob essas circunstâncias, tal compromisso só pode vir das cidades, dos grupos mais receptivos às mudanças provocadas pela urbanização e industrialização em curso, as massas populares urbanas⁵, “única fonte de legitimidade possível”. Getúlio Vargas encampará estas preocupações, passando a desenvolver políticas, desde o primeiro momento da sua presidência, em favor destes setores. Para Weffort, estas transformações fazem Vargas estabelecer “o poder do Estado como instituição, e esse começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira” (WEFFORT, 2003, p. 55).

Tal “solução de compromisso de novo tipo” foi fundamental para manter o equilíbrio dos grupos vitoriosos entre si e em relação àqueles derrotados, estes ainda importantíssimos para a manutenção da economia brasileira, toda ela baseada na agro exportação, especialmente dependente do café. Portanto, a aparição das classes populares neste novo cenário político, fruto do processo de industrialização em curso, relaciona-se com a incapacidade destes novos grupos, classes médias e burguesia, em substituírem a contento as oligarquias nas funções do Estado (WEFFORT, 2003, p. 72).

Esta reconfiguração político-institucional não significou o fim dos limites de atuação do Estado, tal como marcado na República “Velha” pelo poder das oligarquias rurais dominantes, mas, muito pelo contrário, representou apenas uma redefinição deles. Weffort afirma:

[O Estado] encontra naquele compromisso uma nova fonte de poder, passa a condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais. Encontra, portanto, a possibilidade de formular uma política econômica e social – muitas vezes contraditória e descontínua, pois atende ao inevitável jogo das pressões dos interesses imediatos dos grupos

⁵ Ainda como candidato pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas já acenava para as massas com promessas que iam ao encontro de seus interesses, tais como as leis trabalhistas. Deste modo, isso mostra a reconfiguração social e as aspirações populares já percebida pela Aliança, fruto das transformações sociais passadas pelos centros urbanos que se industrializavam.

dominantes (como se observa na política de defesa do café) – que possui uma significação histórica que sobrepassa essas circunstâncias.

[...] Necessitados do apoio das massas urbanas, os detentores do poder se veem obrigados a decidir, no jogo de interesses, pelas alternativas que se enquadram nas linhas de menor resistência ou de maior apoio popular. Nessas circunstâncias, é às vezes difícil saber, diante de uma decisão particular do Estado (por exemplo, a legislação trabalhista), se ela corresponde, primeiramente, a uma política deliberada ou se é meramente uma decisão útil para ampliar as bases de poder (WEFFORT, 2003, p. 55-56).

O entendimento deste novo compromisso e os limites do “Estado de massas”⁶, na designação de Weffort, é fundamental para entender o alcance do populismo. Não se trata simplesmente de agradar as classes pobres em troca de apoio político, mas em “formular uma política econômica e social – muitas vezes contraditória e descontínua, pois atende ao inevitável jogo das pressões dos interesses imediatos dos grupos dominantes” – ao mesmo tempo em que “necessitados do apoio das massas urbanas, os detentores do poder se veem obrigados a decidir, no jogo de interesses, pelas alternativas que se enquadram nas linhas de menor resistência ou de maior apoio popular”. Deste modo, respeitando as novas regras, a aprovação das reivindicações das classes populares urbanas deve estar de acordo com o jogo político estabelecido entre os setores sociais relevantes da sociedade.

Neste sentido é fundamental a não autonomia destes grupos, considerados “massas de manobra”⁷, pois as suas ações sempre serão tuteladas pelos grupos dominantes. Nas palavras de Weffort, “isso significa que as massas só podem servir de base para a legitimidade do Estado quando ainda permanece possível o compromisso entre os grupos dominantes” (WEFFORT, 2003, p. 63).

Neste jogo, em que as massas buscam seus interesses concedidos pelos grupos dominantes em troca da necessidade de apoio político oferecido por elas, Weffort chama a atenção para o fato do significado desta manipulação. Ao passo que as massas devem se

⁶ WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 79.

⁷ WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 63.

enquadrar nos novos limites estabelecidos pelos grupos dominantes, elas também não estão sujeitas a uma manipulação absoluta (WEFFORT, 2003, p. 70). Deste modo, afirma Weffort:

[O populismo] foi um modo determinado e concreto de manipulação das massas populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerceram seus domínios, mas foi também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo [...]. (WEFFORT, 2003, p. 71).

A ambigüidade de que fala Weffort é uma das características mais marcantes das práticas populistas, pois a existência delas só foi possível enquanto os políticos conseguiram manter as massas sob controle, privando-as de autonomia. Agindo desta maneira, conseguiram exercer “seus domínios”, controlando e manipulando as massas, para atender aos interesses dos grupos dominantes. Ao mesmo tempo, “foi também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado”, pois quando as massas quiseram ultrapassar os limites concedidos para as suas ações, os grupos dominantes perderam o controle sobre elas. Apesar de não ser foco deste trabalho, essa é a explicação dada por Weffort para o colapso da República Populista e a instauração de um regime inibidor das manifestações populares, o militar (WEFFORT, 2003, p. 87).

O populismo não apenas privou os setores populares de sua autonomia, mas também a sua organização, ao menos fora do alcance do poder estatal, comprometendo sua real emergência política. Weffort afirma que o entendimento deste fenômeno político e da cooptação das massas para dentro do jogo político em meio ao processo de desenvolvimento industrial e urbano, traduzindo as aspirações populares, só pode ser entendido quando observado o caráter “espontâneo da emergência das massas” (WEFFORT, 2003, p. 41). Deste modo, a organização delas sob tutela do Estado, cuja maior expressão foi a estrutural

sindical formada, foi um dos mais importantes componentes para explicar o novo arranjo político institucional estabelecido (WEFFORT, 2003, p. 55).

Sendo a “única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro”, as massas conferem-na também ao líder populista, personificação do Estado, e este a utiliza para adquirir e conservar o poder. A não hegemonia de qualquer dos grupos dominantes sobre os demais torna o chefe de Estado árbitro nas mais diversas questões, deslocando a sua pessoa para o próprio Estado, personificando-o na figura do líder populista. Ao ser este árbitro dentro de uma situação de compromisso, “a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado” (WEFFORT, 2003, p. 78-79). É neste contexto que se deve entender as palavras de Weffort: “o populismo, nestas formas espontâneas, é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa que aparece como imagem desejada para o Estado” (WEFFORT, 2003, p. 38).

Decorre destas constatações a especificidade das relações estabelecidas entre o líder populistas e as massas. Sem aprofundar as ressalvas feitas por Weffort⁸ sobre quem compõe o setor urbano das classes populares, “cujas particularidades são sua vinculação à economia urbana e sua presença política” (WEFFORT, 2003, p. 81), as relações políticas que elas estabeleceram com o Estado e as demais classes foram individuais. Segundo Weffort foi por meio das relações individuais de classe que se deu o populismo, pois elas constroem a relação paternalista, um dos principais traços deste tipo de política. Quando Vargas instituiu as leis trabalhistas, as massas as receberam como se fosse uma “doação” de um “protetor”, que ficou, porém, sob custódia do Estado. Em primeiro, aí está uma das características mais fortes do líder populista, ele é sempre uma figura pública dentro do sistema político formal e, portanto, tem a possibilidade de “doar” algo. Em segundo, a partir do estabelecimento institucional daquilo que foi “doador”, no caso, quando se transforma em lei a legislação trabalhista, as classes populares passam a reivindicar o cumprimento desta lei. Desta forma, “a relação paternalista entre líder e massas contém, do

⁸ Estas explicações se encontram nas páginas 80 e 81 do seu livro.

ponto de vista político, [...] o reconhecimento da cidadania das massas, [...] de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional apesar da típica assimetria de todo paternalismo” (WEFFORT, 2003, p. 82-83).

Mas essa relação, baseada na manipulação, é ambígua em dois sentidos, diz Weffort. Do ponto de vista político, é uma relação entre dois indivíduos, aquele que “doa” e o que “recebe”, mas, ao mesmo tempo, é uma relação entre Estado e classes sociais. Do ponto de vista social, a legislação trabalhista regula a relação entre empregadores e patrões e, também, entre as classes sociais. Desta forma,

O característico destas relações entre os indivíduos de classes sociais distintas tem maior relevância que as relações entre essas mesmas classes concebidas como conjuntos social e politicamente homogêneos. Isso significa dizer que no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos. Daí que o político populista tenha tido sempre pouco interesse em oferecer às classes populares que lidera a oportunidade de organizar-se, a menos que essa organização implicasse um controle estrito do comportamento popular, como se deu durante o período ditatorial com o movimento sindical estruturado num estilo semi corporativo (WEFFORT, 2003, p. 83).

O estabelecimento de relações individuais sob orientação do líder, configurando o paternalismo do sistema populista – para que as classes populares não consigam se organizar a ponto de questionarem sua tutela – é fundamental para a manutenção do compromisso estabelecido entre os grupos dominantes. Mais uma vez, o crescimento e as reivindicações das massas não podem, em hipótese alguma, configurar uma ação política livre e autônoma. Deste modo, entre as massas urbanas e os representantes do Estado deve haver uma

(...) aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil (WEFFORT, 2003, p. 85).

Por fim, vale ressaltar uma definição dada preliminarmente por Weffort logo nas páginas iniciais de seu livro: “o populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa” (WEFFORT, 2003, p. 28). Complementando suas palavras, este contato é estabelecido com o sentido de preservar aquela “aliança tácita” entre os setores sociais para se fazerem cumprir os interesses dos grupos dominantes instalados no poder político do país.

Sobre o *lulismo*, apesar de ainda não haver consenso sobre seu real significado e abrangência, é ponto comum os pesquisadores concordarem que sua gestação se deu ao longo do primeiro governo Lula para, apenas no segundo, tomar corpo definitivamente.

Entre outros, Rosa Maria Marques e Áquila Mendes, dois economistas da PUC/SP, tratam do tema no artigo “O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal”.

Marques e Mendes o iniciam retomando a origem histórica do Partido dos Trabalhadores (PT) e a sua ligação com os sindicatos trabalhistas. Lembram o contexto do surgimento de Lula no cenário nacional, relacionado com o “novo sindicalismo”, modelo de sindicato surgido a partir da década de 70, quando se rompeu com a estrutura sindical montada na Era Vargas e que havia perpetuado durante todo o regime militar. Ao contrário deste, o “novo sindicalismo” surgiu por fora do controle do Estado e, muitas vezes, serviu para criticá-lo, principalmente nos últimos anos do regime ditatorial.

Entretanto, desde meados da década de 90, o PT vem cada vez mais se afastando de suas posições históricas e adotando um discurso econômico mais próximo da defesa do capitalismo financeiro neoliberal. A mudança programática do partido foi tão radical que mereceu diversos estudos acadêmicos para tentar entendê-la. Entre outros possíveis, Marques e Mendes citam o trabalho de Francisco Oliveira sobre o assunto⁹. Para Oliveira é preciso

⁹ OLIVEIRA, F. “Programa de uma nova classe”. Reportagem, revista da oficina de informações. Ano IV, nº 46, p. 37-8, julho de 2003. In: MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquila. “O Social no Governo Lula: a construção de

entender três aspectos para a compreensão da transformação do partido. Em primeiro, defende que houve a formação de uma nova classe entre os dirigentes do PT, da CUT e dos sindicatos ligados a ela que se associaram ao capital financeiro e passaram a buscar nesse mesmo capital, soluções para o enfrentamento dos problemas. Em segundo, alguns militantes do PT migraram para a defesa destas idéias por acreditarem serem necessárias, inicialmente, como as únicas garantidoras da estabilidade financeira e econômica, dada a vulnerabilidade da economia externa brasileira, para depois o governo imprimir suas diretrizes econômicas próprias. Somadas a estas explicações, o terceiro aspecto que explica a mudança do PT foi o colapso da União Soviética e o seu modelo socialista (MARQUES;MENDES, 2006, p. 61).

O afastamento das posições históricas para adoção de um discurso menos agressivo ao neoliberalismo, obviamente, trouxe reflexos já nos primeiros anos do governo Lula. Para Marques e Mendes,

(...) seus sindicatos, e mesmo a central de trabalhadores, construída por eles (Central Única dos Trabalhadores – CUT), que antes apareciam como o local onde as lutas cotidianas e sindicais das categorias podiam vislumbrar sua ligação com a representação partidária [com o PT], hoje aparecem como sustentáculos incontestes do novo poder. É claro que o papel desempenhado por suas direções é pleno de tensão e contradição, pois é cada vez mais difícil conter o movimento reivindicatório (por reposição salarial, por exemplo) em nome de um governo que tem como diretriz máxima perseguir as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, dizendo que, no futuro, se todos tiverem paciência, as condições para o crescimento sustentável estarão dadas. Nesse sentido, *o “papel” dos sindicatos amigos do PT e de Lula é o de conter os movimentos, impedindo que as lutas dos trabalhadores coloquem em questão as metas e os parâmetros dos atuais burocratas do Planalto.* (grifo meu) (MARQUES;MENDES, 2006, p. 59).

Por ter nascido no interior dos sindicatos, o PT antes os mobilizavam a favor da luta dos trabalhadores urbanos contra os governos em geral e, especificamente, contra as políticas neoliberais. Entretanto, ao conquistar o poder, o PT e Lula passaram a utilizar aqueles sindicatos, agora pró-governo, contra os trabalhadores em nome da defesa das

um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 1, pp. 58-74, janeiro/março, 2006.

mesmas políticas neoliberais que combatiam, justificando, primeiro, a necessidade do desenvolvimento econômico dentro de bases sólidas para só depois promover a melhoria de vida das classes baixas.

A defesa do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, dos trabalhadores parece ser contraditória, pois a adoção (ou continuidade) dos acordos neoliberais implica, necessariamente, em um esforço por parte do Estado para cortar gastos públicos com o objetivo de economizar dinheiro para a manutenção do pagamento de contratos internacionais. Honrar tais pagamentos, demonstra, de um lado, a disposição do Estado em manter uma relação econômica sadia com os demais países e, por outro, reflete na aceitação destes pela participação no mercado internacional daquele, propiciando um “crescimento sustentável”. Em outras palavras, por uma série de questões históricas, ao terem que optar entre a defesa dos trabalhadores ou a do capitalismo financeiro neoliberal, Marques e Mendes afirmam que o governo Lula escolheu a segunda opção. Em contrapartida, às massas foi dado um tratamento diferente daquele defendido na década de 80 e 90, pois os cortes de custo no orçamento obrigaram o governo a rever suas posições com relação à participação do Estado na área social. Para Marques e Mendes todas estas transformações demonstram a “incapacidade do PT em levar adiante as propostas neoliberais sem entrar em choque direto com os interesses dos trabalhadores” (MARQUES;MENDES, 2006, p. 62).

De qualquer forma, somada à continuidade das políticas neoliberais, dadas as bases históricas do PT, já a partir do primeiro mandato de Lula, o governo intensificou os programas sociais já existentes, sobretudo através da focalização de políticas de transferência de renda para as populações de baixa renda. A abrangência destes programas sociais deu a Lula uma nova base de apoio, considerada alicerce de um “novo populismo”¹⁰ (MARQUES;MENDES, 2006, p. 59). O “novo populismo” de Lula, portanto,

(...) não só não pode se apoiar no movimento organizado, como está a serviço dos interesses do capital internacional. [...] Não contempla nenhuma proposição no campo econômico diversa daquela defendida pelo

¹⁰ O “novo populismo” de Lula foi batizado pela opinião pública e por alguns acadêmicos de *lulismo*.

FMI e pelo Banco Mundial. [...] Utiliza a estrutura sindical e suas direções como forma de impedir que movimentos reivindicatórios paralitem ou impeçam seus projetos de contra-reforma. [...] Em relação às massas, sua relação passa a ser aquela derivada das políticas compensatórias (MARQUES;MENDES, 2006, p. 71).

Portanto, a sustentação da agenda neoliberal, que não permite gastos abusivos na área social, e o suporte dado pelos sindicatos e militantes do PT dentro da máquina federal, capazes de cercear a autonomia dos movimentos dos trabalhadores, são características fundamentais para explicar o desenvolvimento deste estilo de fazer política, reeditado dos líderes populistas da década de 40 e 50.

Por fim, atestam Marques e Mendes:

Já os beneficiados dos programas compensatórios, que nunca foram objeto da atenção continuada de qualquer governo, passam a ser base de apoio incontestado do governo Lula. Vale lembrar que esse segmento da população brasileira apresenta, em geral, baixo nível de organização, estabelecendo assim uma relação direta, sem mediação, com o presidente Lula (MARQUES;MENDES, 2006, p. 70).

Além do compromisso com o capitalismo neoliberal, com todas as implicações trazidas pela necessidade de acordos com os grupos políticos relacionados a ele, e o controle dos movimentos de trabalhadores, falar em “novo populismo” só pode fazer sentido quando introduzido mais um elemento neste jogo, as classes pobres.

Para Marques e Mendes, é neste sentido que se deve entender o “novo populismo” de Lula. Ao cumprir, mesmo que parcialmente, uma reivindicação histórica do seu partido, por meio de uma série de políticas compensatórias voltadas para as classes pobres, notadamente com destaque para o programa *Bolsa Família*, Lula se aproximou das massas. Se, de um lado, estas possuem um baixíssimo nível de organização, possibilitando ao ex-presidente dirigir-se diretamente a elas utilizando seu programa de transferência de renda, por outro, através dos “sindicatos amigos do PT e de Lula”, é possível controlar as manifestações mais exaltadas dos movimentos sociais, submetendo-os aos controles

necessários para a estabilidade política dos grupos financeiros dominantes presentes no governo.

3. Getúlio Dornelles Vargas

3.1. Breve biografia

A biografia que será traçada procura ser a mais objetiva possível, pois pretende apenas indicar as principais passagens da vida pessoal e política de Vargas. Não há, neste momento, qualquer preocupação com o detalhamento dos fatos, e muito menos, com sua explicação. Explicações serão feitas posteriormente ao longo do trabalho.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu no ano de 1883 em São Borja, Rio Grande do Sul, em uma família abastada, pertencente às elites gaúchas. Segundo o historiador Robert M. Levine, no livro “Pai dos pobres? o Brasil e a era Vargas”, no final da década de 1910, mais de 70 denúncias sobre as atividades coercitivas da família de Vargas na região de São Borja e de Itaqui tinham sido recebidas pelo governador gaúcho. Este dado é importante para mostrar o ambiente político em que cresceu Getúlio (LEVINE, 2001, p. 31 e 32).

Estudou em uma escola primária no Rio Grande do Sul e, após se formar, foi para uma escola militar em Ouro Preto, mas a abandonou para cursar a faculdade de Direito em Porto Alegre. Sua carreira política iniciou-se em 1909 como deputado estadual do seu estado e, em 1924, foi eleito deputado federal, sendo chamado logo em seguida para ser Ministro da Fazenda no governo de Washington Luís. No ano de 1927 renunciou ao cargo para concorrer e se eleger governador pelo Rio Grande do Sul e em 1929, após o rompimento da política do café-com-leite, se candidatou à eleição presidencial pela Aliança Liberal contra o estado de São Paulo. Apesar da derrota nas urnas, após a sucessão de alguns acontecimentos e amparado por uma ala do Exército, assumiu o comando do país em outubro, momento político que ficou conhecido como Revolução de 1930.

Foi a partir de 1930 que se tornou de fato conhecido nacionalmente, principalmente pelas classes desfavorecidas e, via de regra, alheias às questões políticas em geral. Este período foi dividido pelos historiadores em três: governo provisório, governo constitucional e Estado Novo. Após 15 anos no poder, em 1945, foi deposto do cargo de chefe do Estado, mas em 1946 foi eleito senador por seu estado e em 1951 voltou a presidir o país, ficando na presidência da república brasileira até 1954 quando se matou com um tiro no peito.

A seguir, o próximo tópico tem a pretensão de fazer um levantamento dos principais fatos que marcaram o governo Vargas. As análises históricas serão breves, embora frequentes. Elas serão melhor desenvolvidas e explicadas na última parte deste tópico, quando será discutida a relação de Vargas com os trabalhadores.

3.2. Os governos de Vargas (1930 à 1945 e 1951 à 1953)

Getúlio Vargas assumiu a presidência em 1930 por meio de um golpe militar dado com a ajuda dos tenentes¹¹. Líder da Aliança Liberal, composta pelo Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, foi derrotado nas eleições de 1930 pelo candidato de São Paulo, Júlio Prestes, que não chegou a assumir, apesar da vitória nas urnas.

A posse de Vargas significou o fim definitivo da chamada República Velha e o seu sistema político, a Política dos Governadores, representada pela política do café-com-leite. De forma resumida, pode-se dizer que, por este sistema, as elites de São Paulo e de Minas Gerais se revezavam na presidência da República, graças aos acordos feitos entre elas e os membros da Câmara dos Deputados. Esta troca de favores entre Legislativo e Executivo federal, dentro de um sistema político completamente viciado¹² para favorecer as oligarquias

¹¹ Os tenentes aqui se referem ao movimento tenentista, iniciado em 1922. O tenentismo surgiu de dentro do Exército brasileiro e tinha como líderes integrantes da baixa oficialidade, entre eles tenentes, daí o nome do movimento. Eram contrários ao sistema político da República Velha, defendendo a moralização da política, como a defesa do voto secreto, e a queda do governo de Artur Bernardes, à época presidente do Brasil.

estaduais foi rompido quando o presidente Washington Luis, indicado por São Paulo, ao invés de indicar um mineiro para a sua sucessão, preferiu outro paulista. Este acontecimento provocou o rompimento definitivo entre os dois estados representantes da política do café-com-leite: para as eleições de 1930 a elite mineira se aliou às oligarquias da Paraíba e do Rio Grande do Sul e juntas lançaram Getúlio Vargas contra o candidato paulista, Júlio Prestes, representando a situação. Júlio Prestes venceu as eleições, mas quem assumiu a presidência foi Vargas. Isto porque o assassinato do candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal, João Pessoa, foi tomado pelos tenentes, apoiadores da Aliança, como uma afronta, incentivando-os a radicalizarem o processo por meio de um levante armado, depondo o presidente que ainda terminava seu mandato. No final de outubro, uma Junta Militar depôs Washington Luis e, no início de novembro, transmitiram o poder para o candidato derrotado das eleições, Getúlio Vargas.

O historiador brasileiro Thomas Skidmore, em seu livro “Brasil: De Getúlio à Castelo”, vê já neste momento um traço característico do estilo de governar de Vargas: a capacidade conciliadora para reunir em torno de si grupos políticos antagônicos. Para Skidmore, em torno do nome de Getúlio Vargas havia os revolucionários constitucionalistas do Partido Democrático (PD), opositor do Partido Republicano Paulista (PRP) em São Paulo; os revolucionários nacionalistas semi-autoritários representados pelos tenentes; os militares superiores que, responsáveis pela deposição do presidente Washington Luís, estavam ressentidos com as políticas das elites controladoras do poder; alguns plantadores de café, descontentes com o governo, devido à discordância com relação às diretrizes estabelecidas para a venda e compra do café; e, por fim, as oligarquias dissidentes, insatisfeitas com o rompimento unilateral por parte de São Paulo da política do café-com-leite. (SKIDMORE, 2007, pp. 27-31). A longevidade deste primeiro momento de Vargas à frente do Brasil, por

¹² Por sistema político viciado entenda-se existência de grandes currais eleitorais onde os coronéis locais tinham total controle econômico e político sobre seus agregados, vigência do voto descoberto e controle das eleições pelas próprias elites oligárquicas. Como consequência óbvia, as eleições eram completamente fraudadas para favorecê-las.

15 anos, com certeza, mostra a sua habilidade política em impor-se sobre os diferentes grupos políticos, marca dos líderes populares em geral.

Além disso, Weffort afirma que foram as classes médias urbanas os grupos que mais contribuíram para a queda do estado oligárquico. Tomando como referência a análise de Skidmore, pode-se considerar os integrantes do PD, profissionais liberais, e os militares, sobretudo os tenentes, como integrantes destas classes médias urbanas. Segundo Weffort, tais setores médios não possuíam uma ação política autônoma, pois eram subjugadas pelos grupos dominantes – as oligarquias estaduais –, detentoras do monopólio do poder. Entretanto, a eclosão da “Revolução de 30” transformou este quadro e as classes médias redefiniram as suas relações com as elites agrárias. Weffort teoriza:

Com efeito, encontramos uma situação em que nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado entendido como um órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano (WEFFORT, 2003, p. 53).

Na ausência de algum grupo hegemônico capaz de controlar sozinho o poder e por conta da necessidade do rearranjo político, Getúlio Vargas foi determinante para canalizar as demandas das massas populares urbanas a favor da construção de uma solução de compromisso que desse conta de oferecer as bases legítimas para o Estado. As massas e o controle varguista sobre elas serão discutidos em outro momento.

Vargas assumiu a presidência como líder da Revolução¹³ apesar de ter sido feita mediante um golpe militar. Seu primeiro governo, de 1930 a 1934, ficou caracterizado como provisório e uma de suas primeiras medidas foi promover a centralização política e administrativa através do fechamento de todas as Casas Legislativas do Brasil, a adoção de

¹³ Há quem conteste o rótulo de “revolução” para o acontecimento de 1930. Esta opinião é compartilhada principalmente pela esquerda brasileira que considera o ocorrido apenas um golpe militar responsável por retirar uma elite oligárquica do poder e substituí-la por outra. Já, outro seguimento bastante relevante afirma se tratar de fato de uma “revolução”, não pelo acontecimento político em si, mas pelas transformações econômicas, sociais e políticas vividas pelo Brasil nas décadas seguintes.

decretos-leis como instrumento para legislar e a nomeação de interventores estaduais no lugar dos governadores eleitos.

Ainda segundo Skidmore, a promoção da centralização política desagradou parte dos aliados de outrora e não demorou muito para que estes rompessem com o presidente. Em 1932, o PRP de Washington Luis se uniu ao PD, antigo aliado na Revolução, e iniciou-se a Revolução Constitucionalista contra o governo federal. A insatisfação paulista pela perda do poder federal e a reivindicação para que fosse feita uma nova Constituição, como prometera Vargas, foram os principais motivos para estas duas siglas, anteriormente rivais em São Paulo, se unirem contra o governo federal (SKIDMORE, 2007, p. 37-38).

A rivalidade entre paulistas e Vargas sobre o controle da política nacional não prejudicou as relações econômicas entre ambos. Em “História do Brasil”, Boris Fausto afirma que “a centralização [política] estendeu-se também ao campo econômico. O governo não abandonou e nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou porém de concentrar a política do café em suas mãos [...]”. (FAUSTO, 2001, p. 333). Para Weffort, apesar de São Paulo ter sido derrotado duas vezes, em 1930 e 1932, a dependência econômica da oligarquia paulista demonstra o necessário e complicado jogo de interesses, responsáveis pela elaboração de um compromisso capaz de conciliar integrantes diferentes e por vezes contraditórios. A recorrência às classes populares explica, portanto, qual solução se avistou para a legitimação do novo Estado (WEFFORT, 2003, p. 77-78).

Apesar da derrota militar, os paulistas obtiveram importante vitória política, pois forçaram Getúlio a convocar uma constituinte para a elaboração da Constituição de 1934. Nesta Constituição percebe-se o olhar de Vargas diante das classes populares, especificamente no que se refere às leis bastante específicas: instituiu 40 deputados que seriam eleitos dentro das classes sindicais, os deputados classistas, e promoveu a incorporação das leis trabalhistas que haviam sido elaboradas ainda nos primeiros anos do governo. Estas leis faziam parte do projeto de Vargas que definiu desde cedo com bastante clareza os rumos da sua política trabalhista. Através da concessão de alguns direitos aos

trabalhadores e controle dos seus sindicatos, nas palavras do historiador Boris Fausto, e indo ao encontro da análise de Weffort sobre a incorporação das massas populares ao processo político, a meta de Vargas era “reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso do governo” (FAUSTO, 2001, p. 335).

Apenas após a elaboração da Constituição, Vargas pode se eleger presidente constitucional do Brasil em uma eleição indireta pela Assembléia Constituinte em 1934. Este período ficou marcado pela polarização ideológica. Duas facções, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de extrema-direita, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de extrema-esquerda, tiveram grande influência na sociedade brasileira. Destas duas, era a AIB que se identificava com os rumos do governo varguista, pois ele se mostrava cada vez mais autoritário e próximo daquilo que os totalitaristas de direita defendiam em termos de política. Tanto os totalitaristas da AIB, quanto o governo autoritário de Vargas, defendiam o fortalecimento e o centralismo do Estado como forma de garantir o desenvolvimento da sociedade. Ademais, estas duas correntes eram avessas aos comunistas, pregando a sua perseguição e eliminação, pois acreditavam ser o capitalismo o melhor sistema econômico para conduzir a nação ao progresso¹⁴.

Em relação à ANL, pode-se afirmar que, comandada pelos comunistas, fazia forte oposição à Vargas, entre outras coisas, pela sua disposição industrializante dentro da lógica capitalista. Mas se ambas as facções tinham projetos de tomada do poder, foi a ANL que tentou atingir este objetivo primeiro. Em 1935, liderada pelo ex-líder tenentista Luís Carlos Prestes, eclodiu a Intentona Comunista, rapidamente controlada pelo governo federal.

Além de não conseguirem alcançar seus objetivos, os comunistas da ANL deram ferramentas para Vargas persegui-los e, sobretudo, utilizá-los para se perpetuar no poder.

¹⁴ Apesar das semelhanças, “o integralismo pretendia alcançar seus objetivos através de um partido que mobilizaria as massas descontentes e tomaria de assalto o Estado. A corrente autoritária não apostava no partido, e sim no Estado; não acreditava na mobilização em grande escala da sociedade, mas na clarividência de alguns homens [como Vargas]. O partido fascista levaria no limite à crise do Estado; o estatismo autoritário, ao seu reforço” escreve Boris Fausto em *História do Brasil*.

Isso porque o mandato de Vargas deveria terminar em maio de 1938, mas no ano anterior o próprio presidente se encarregou de por fim ao seu governo constitucional para decretar uma ditadura, conhecida como Estado Novo. Assim, com o apoio dos integralistas, em 1937, Vargas apresentou aos brasileiros o *Plano Cohen*, um plano “descoberto pelo governo” de uma suposta tentativa dos comunistas tomarem o poder, como haviam já tentado anos antes. Apesar de o plano ter sido posteriormente comprovado falso, a sua divulgação deu condições à Vargas para fechar as Casas Legislativas do Brasil e instituir uma nova Constituição, com a justificativa de estar tomando medidas de exceção para impedir o avanço da esquerda radical no Brasil.

Weffort afirma que a estabilidade do governo Vargas só foi alcançada no início da ditadura militar, quando os comunistas da ANL e os integralistas da AIB, que tentariam fazer um levante em 1938, foram contidos. Ambos os levantes deram vitória à Vargas, aumentando seu prestígio pessoal e contribuindo para a manutenção da ordem social com relação às manifestações populares (WEFFORT, 2003, p. 77). Com o Estado Novo, o governo aproximou-se mais ainda das classes trabalhadoras. Como se verá depois, esta aproximação não foi fora de propósito, pois para sustentar um governo ditatorial extremamente personalista e sem partidos políticos, Vargas teve que estreitar seus laços com as classes trabalhadoras. Além de diversos mecanismos para controlá-las, como a ingerência nos sindicatos através dos pelegos e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), houve a criação de órgãos de controle para administrar a ditadura (o Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP, e o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, são exemplos deste controle).

Este período também foi fundamental para Vargas acelerar sua política industrializante, umas das grandes metas da sua presidência. É deste momento a construção da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Desta forma, a marca do governo Vargas na área econômica foi a preocupação com a instalação da indústria de base no Brasil.

O fim do Estado Novo e deste primeiro momento de Vargas na presidência esteve relacionado com a 2ª Guerra Mundial. Apesar de fazer um governo autoritário e antidemocrático, as diretrizes econômicas de Vargas o forçaram a entrar ao lado dos Estados Unidos e declarar guerra ao Eixo. Ou, em outras palavras, a ditadura varguista inspirada no autoritarismo totalitário lutou ao lado das democracias liberais contra os regimes totalitários nazi-fascistas. Por conta disso, devido às pressões externas e internas, um ano antes do fim da guerra o próprio Vargas propôs a abertura do regime político prometendo não se candidatar a presidente e nem a qualquer cargo de nível federal nas eleições que ele mesmo prometera realizar. As desconfianças sobre as reais intenções de Getúlio foram determinantes para que fosse deposto pelos generais Góis Monteiro e Gaspar Dutra. Na ausência do vice-presidente e dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, afinal estes poderes não existiam na ditadura varguista, o poder foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que ficou encarregado de convocar as eleições e dar posse ao candidato vitorioso do PSD, Eurico Gaspar Dutra, o mesmo que depôs Vargas.

A habilidade política de Vargas também é bastante evidente no último ano de sua ditadura. Quando, no início de 1945, prometeu reconduzir o Brasil de volta à democracia iniciou-se uma mobilização para a criação de partidos políticos. Os principais criados foram a União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A peculiaridade deste momento foi o apoio de Vargas para a formação destes dois últimos. O PSD foi formado por ex-burocratas e ex-interventores de estado do período Vargas e representava setores das elites e classes médias urbanas brasileiras. Já o PTB surgiu de dentro do ministério do Trabalho e representava os trabalhadores urbanos que apoiaram o governo varguista. Em torno da UDN se concentravam os anti getulistas, tanto das classes altas, quanto das médias. Existiram até 1965, quando foi instituído o bipartidarismo no Brasil.

O PTB e o PSD representaram especificamente os grupos políticos que estabeleceram o compromisso com o Estado varguista e, em grande medida, ambos foram

dependentes do prestígio social de Vargas (WEFFORT, 2003, p. 57). Estes partidos “nada mais serão que a tradução nos termos da nova linguagem política do compromisso social em que a ditadura se apoiaria” (WEFFORT, 2003, p. 86).

Apesar de ter sido deposto em 1945, Vargas voltou em 1951 “nos braços do povo”, como ele mesmo disse. Ao candidatar-se em 1950, uma das suas estratégias foi se aproximar das velhas lideranças do PSD – Vargas, apesar de ser senador pelo PSD, concorreu pelo PTB em 50 – para minar as alianças que o próprio candidato peessedebista poderia fazer. No estado de São Paulo, foi obrigado a fazer aliança com Ademar de Barros, liderança populista local e líder do Partido Social Progressista (PSP), até então rival político. Sua força política no estado paulista era muito grande para Vargas recusar-se a tê-lo do seu lado. Pelo PTB Vargas apostou de novo na aproximação com os trabalhadores para ganhar, mais uma vez, a confiança deles. Em suma, em 1950 Vargas utilizou-se de uma das suas maiores habilidades políticas, já comprovadas durante a primeira passagem pela presidência do Brasil: a capacidade de fazer alianças com forças políticas aparentemente antagônicas. Como visto, essa característica é típica dos governantes populistas, capazes de desprezar as fronteiras político/ideológicas dos partidos em nome do compromisso no estabelecimento de alianças, de um lado, com as classes dominantes e, de outro, com as classes populares, tal como Getúlio Vargas fez. A diferença gritante deste para os outros momentos de Vargas na presidência foi o fato de ele estar participando pela primeira vez de uma eleição direta.

As eleições presidenciais para o quinquênio de 1951 a 1955 levaram Vargas de volta ao Executivo Federal. Quando tomou posse, o Brasil encontrado por Vargas era muito diferente daquele da década de 30 e início dos anos 40, muito em função da sua própria administração no governo anterior. Segundo Skidmore, o intenso processo de industrialização do país e a conseqüente urbanização levaram alguns setores da sociedade a se destacarem: os industriais, a classe média e a classe operária.

O primeiro grupo possuía ainda uma participação pequena no cenário político brasileiro, mas crescia de maneira acelerada, *não estava organizado* e seu principal veículo

político era o PSD. A classe média era composta por burocratas, profissionais liberais e administradores preocupados com a modernização do país por meio da industrialização, também *não estava organizada* e encontrava maior receptividade política na UDN. Por fim, a classe operária, a exemplo dos outros dois, também *não se mostrava um grupo organizado politicamente*, contribuindo para o surgimento de uma quantidade grande de políticos populistas que se aproveitaram disto para poderem cooptar as grandes massas para que elas defendessem o governo, oferecendo benefícios e garantias sociais. No caso específico de Vargas, houve o fortalecimento dos traços característicos da sua liderança populista, traços já esboçados de forma bastante forte no seu primeiro período na presidência, sobretudo na ditadura do Estado Novo, como se verá depois. Nas palavras de Skidmore, sem fazer referência textualmente ao populismo, “nenhuma destas classes havia, por volta de 1950, alcançado um estágio de autoconsciência capaz de produzir uma política aguda de ‘orientação de classe’” (SKIDMORE, 2007, p. 111 e 112). Aqui, de novo, lembrar a teoria de Weffort é fundamental para ajudar a explicar o desenvolvimento e aprofundamento da política populista de Vargas.

Devido ao ritmo de desenvolvimento brasileiro, a grande preocupação que marcou o segundo governo varguista foi a escolha da melhor estratégia de desenvolvimento econômico e Vargas optou pelo nacional desenvolvimentismo. Este modelo foi marcado por um forte nacionalismo econômico, defendendo a participação maciça do Estado na economia como grande investidor, com a existência de empresas estatais e mistas, e tinha no PTB e na maioria do PSD, os dois partidos em prol de Vargas, seus principais adeptos. Para por em prática este modelo, no plano interno, Vargas discursava colocando em suspeita os reais interesses dos investimentos estrangeiros e defendia a necessidade da criação de empresas públicas como instrumentos de investimentos – a criação da Petrobrás e da Eletrobrás são exemplos desta orientação econômica. Com relação ao contato com as massas, adotou um tom xenófobo quando se dirigia a elas, evidenciando nas suas palavras a defesa da nação e dos seus trabalhadores. O nacionalismo econômico e o discurso xenófobo demonstram a

necessária aproximação mais intensa de Vargas com as classes populares, quando comparado às décadas de 30 e início da de 40. No plano externo, algumas alterações nas políticas em relação ao comércio exterior¹⁵ tornaram as exportações brasileiras competitivas, além de que foram canalizadas as importações para setores nacionais essenciais para o desenvolvimento nacional, preferencialmente voltado para a indústria de base.

Entretanto, diferente do período anterior, a oposição ao governo Vargas ficou cada vez mais agressiva a ponto do próprio presidente, conhecido pela habilidade política em conciliar grupos antagônicos, não conseguir controlá-la. Entre seus opositores pode-se destacar parte do Exército brasileiro¹⁶ e a UDN. Ambos eram contrários à política nacionalista de Vargas, sendo que esta última defendia o modelo liberal. Além destes grupos, alguns integrantes da esquerda também iniciaram ou intensificaram a oposição ao governo: tanto o PCB, quanto algumas alas do PTB achavam tímidas as propostas do governo para a área econômica, pois a possibilidade da entrada de capitais estrangeiros no país, mesmo que pequena, as desagradava. Em resumo, com o passar do tempo, Vargas perdeu apoio de parte considerável do Exército, de quase todos os integrantes da direita udenista e de grande segmento da esquerda.

Para agravar mais ainda a situação, a inflação do ano de 1953 provocou o aumento das tensões sociais, principalmente com relação aos trabalhadores urbanos. Tentando controlar o problema, Vargas reformulou, entre outros, o ministério do Trabalho nomeando João Goulart. Entretanto Jango, como era conhecido, não era bem visto pelos conservadores, agravando a situação política de Vargas.

¹⁵ As Instruções 48 e 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), respectivamente de fevereiro e outubro de 1953, deram flexibilidade para a política cambial, pois estabeleceram taxas diferentes para tipos diversos de exportação, importação e movimentos de capital.

¹⁶ Este grupo foi apelidado pejorativamente por seus adversários do meio militar de entreguistas. Enquanto o governo propunha a participação ativa do Estado para o desenvolvimento econômico do Brasil – caminho também proposto pelo grupo militar chamado de nacionalistas –, os entreguistas acreditavam que o melhor a se fazer era abrir o Brasil ao capital estrangeiro e se alinhar aos Estados Unidos incondicionalmente. A relação entre Exército e governo se agravou quando, em 1952, as eleições para a presidência do Clube Militar deram vitória a este grupo.

Destes grupos, era de dentro da UDN e por meio do anti getulista Carlos Lacerda que saíam os maiores ataques à Vargas. Lacerda e outros anti getulistas conseguiram associar o modelo econômico nacionalista com a possibilidade de subversão da ordem social, defendida pela esquerda radical, ainda mais depois da posse de Goulart. Os últimos anos do governo de Getúlio foram de acusações incessantes feitas principalmente pela UDN de ligação do presidente com estes grupos radicais, levando o governo a perder apoio de setores significativos da sociedade.

Um impulso dado para a associação do nacionalismo radical com aquele tipo de modelo econômico dirigido por Vargas veio do exterior. Nos Estados Unidos uma mudança de orientação em sua política econômica externa diminuiu de maneira sensível a ajuda ao Brasil. Esta decisão deu força para os argumentos dos extremistas de esquerda sobre a necessidade de se defender o nacionalismo radical; afinal, segundo argumentavam, os Estados Unidos estavam dispostos a retardar o desenvolvimento industrial brasileiro. A defesa do nacionalismo radical por parte da esquerda acentua ainda mais a oposição da direita, representada pela UDN, ao governo de Vargas.

O início do ano de 1954 foi marcado por manifestações de setores da sociedade civil e militar contra as medidas políticas e econômicas do governo. Vargas chegou a demitir Jango do ministério para, se não controlar, arrefecer os ânimos dos opositores mais exaltados. Do seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda intensificou os ataques por meio de denúncias de corrupção, algumas infundadas, outras não, e estas contribuíram para intensificar a crise. Mas foi a notícia do início de agosto de um atentado frustrado contra Carlos Lacerda que deteriorou completamente as relações entre o governo e a oposição. As investigações mostraram que o mandante do crime foi o chefe da segurança pessoal de Vargas, Gregório Fortunato.

Estes fatos todos contribuíram decisivamente para Vargas, no dia 24 de outubro de 1954, cometer suicídio, dando um tiro no peito. O homem que sempre gostou da proximidade do poder e fez de tudo para tê-lo em suas mãos, não resistiu à perda gradativa

do seu prestígio. Assim, não aguentando enfrentar o pior momento da sua vida política, decidiu dela sair, tirando sua própria vida.

3.3. Getúlio, os trabalhadores e o populismo

Como se pode notar, já partir de 1930 Vargas conseguiu reunir parte significativa dos brasileiros e cooptar os trabalhadores urbanos para o seu governo através da concessão de leis trabalhistas. Levine afirma que o Estado varguista foi desde o seu início marcado por conseguir ter o controle do movimento operariado e dos sindicatos trabalhistas (LEVINE, 2001, p. 23).

Ao chegar à presidência Vargas encontrou uma situação extremamente precária com relação às condições de trabalho a que os trabalhadores eram submetidos, como salários baixíssimos, ausência de qualquer proteção contra acidentes, de seguro-saúde e de nenhum tipo de pensão. Lindolfo Collor, nomeado para o recém criado ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, foi responsável pela concessão de diversos benefícios aos trabalhadores, tais como regulamentação do trabalho feminino e infantil, concessão de férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho de oito horas e criação de órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários, as Juntas de Conciliação e Julgamento.

Em contrapartida, foram criadas leis para o enquadramento dos sindicatos pelo Estado: ainda no ano de 1931, foi baixado um decreto que os definia como órgãos consultivos e de colaboração com o poder público, só tendo existência legal àqueles reconhecidos e autorizados pelo ministério do Trabalho. Além disso, o governo também se atribuiu o papel de controlador da atividade sindical através da colocação, dentro dos sindicatos, de funcionários públicos que tinham a incumbência de assistirem as assembleias e abastecerem o governo de informações consideradas relevantes para a manutenção da classe trabalhadora sob controle. Por fim, vários daqueles direitos listados, como as férias ou o acesso às Juntas de Conciliação e Julgamento, só poderiam ser reivindicados por

trabalhadores sindicalizados, impulsionando a massa para a sindicalização (FAUSTO, 2001, 335-336).

Conhecida como corporativismo, esta prática foi inspirada no fascismo italiano, ideologia de extrema-direita surgida na Europa da década de 20¹⁷. Segundo Levine, a instituição de noções corporativistas foi a solução encontrada por Vargas para, de um lado, harmonizar o conflito entre trabalho (operariado) e capital (empresários), e, do outro, promover a industrialização, tônica do seu governo. O corporativismo propunha a participação do Estado como mediador dos conflitos trabalhistas ou, como o próprio historiador escreve, “estabeleceu hierarquias simétricas de associações para patrões e trabalhadores, assegurando um contato institucionalizado entre os dois grupos em todos os níveis, e instituindo o Estado como árbitro entre eles” (LEVINE, 2001, p. 51). A transferência para o Estado do papel de árbitro das relações de trabalho ao invés da negociação direta entre as classes facilitava o relacionamento entre elas, diminuía a resistência dos operários aos patrões, favorecia a produtividade e estimulava o desenvolvimento econômico do país. Ao mesmo tempo, através do Estado corporativista, por meio de sua forte política paternalista, Vargas estava sempre pronto para atender as necessidades mais imediatas dos operários, transformando-os em trabalhadores dóceis e passivos. Assim, o corporativismo, na contramão da democracia liberal, anulava a liberdade de ação dos indivíduos, sem que eles se dessem conta disso (LEVINE, 2001, p. 51).

Esta diretriz do governo era facilitada pela forte centralização política e administrativa. Ainda segundo Levine, o primeiro período de Vargas à frente do Brasil foi marcado pela ausência de uma estrutura político-partidária que interligasse o país e pela heterogeneidade da coalizão de Vargas, contribuindo para que o presidente aumentasse a sua influência sobre todas as decisões nacionais, pois na falta de grupos homogêneos, Vargas tomava para si a liderança da nação. Essa mesma característica também pode ser pensada em termos de economia, já que a ausência de grupos para impor um modelo de desenvolvimento

¹⁷ Além dos motivos já relatados, este também fazia a AIB simpatizar-se com o governo varguista.

ao país facilitava a liderança do presidente no papel de formulador das questões econômicas que deveriam ser postas em prática. Segundo Levine, “como chefe de governo provisório, ele reservava a si o direito de dar início a toda e qualquer política, tornando o governo central, portanto, o principal gerador de recurso destinado ao desenvolvimento do país” (LEVINE, 2001, p. 56).

Portanto, segundo Levine, o Estado corporativista de Vargas

(...) foi um veículo utilizado para manter o poder político, conferir autonomia e influência ao Estado centralizador, e nunca para renunciar ao controle real. [...] Os programas decorrentes da legislação social de Vargas eram essencialmente manipuladores, técnicas enganosas empregadas para canalizar a energia de grupos emergentes – principalmente das classes médias trabalhadoras assalariadas e urbanas – para entidades controladas pelo governo (LEVINE, 2001, p. 25).

Deste modo, a política trabalhista de Vargas ia muito mais além do que a simples melhoria das condições de trabalho. A criação de leis trabalhistas deve ser interpretada como instrumento para o desenvolvimento do Estado corporativista, caracterizado por uma forte política centralizadora, por meio do controle da classe trabalhadora. Sendo agora o governo responsável por melhores condições de vida do trabalhador, este se identificava cada vez mais com o governo, mantendo-se dócil e passivo. Essa docilidade agradava os industriais que iam aos poucos aderindo ao discurso do governo, principalmente quando se davam conta que estariam livres dos conflitos trabalhistas, pois o promotor da conciliação entre capital e trabalho passara a ser o Estado.

Se estas características já se esboçavam nos governos, provisório e constitucional, a partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, elas se acentuaram enormemente. Para Skidmore, na ausência de partidos políticos e com o fechamento do Congresso Nacional, o período ditatorial foi marcado pela tentativa de construir uma base de apoio calcada em três pilares, todas relacionadas aos trabalhadores: 1) ampliação da legislação trabalhista principalmente na área da Previdência Social para a classe operária com o objetivo de ganhar a lealdade desta, estratégia política que se enquadrava do que ficou conhecido como

trabalhismo; 2) uma nova estrutura sindical, totalmente controlada pelo Ministério do Trabalho. Como foi visto, nos primeiros anos da década de 30 a forma de controle do ministério era o reconhecimento apenas de organizações sindicais que fossem consideradas legais e por meio da colocação de funcionários públicos de confiança para assistirem as assembléias. No Estado Novo, além destes instrumentos, criou-se o imposto sindical, contribuição anual obrigatória correspondente a um dia de trabalho pago até pelos trabalhadores não sindicalizados, e passou a existir dentro dos sindicatos a figura dos pelegos, pessoas pertencentes à direção sindical, mas que eram ligadas ao governo e, portanto, atuavam para proteção dos interesses do Estado, não dos trabalhadores; 3) a criação de um Partido Trabalhista, projeto consolidado no final do Estado Novo, como meio de garantir que os trabalhadores sindicalizados, controlados pelo governo por meio da estrutura sindical, pudessem ser atraídos para a esfera da política, claro, sob o controle de Vargas (SKIDMORE, 2007, p. 62-63). Neste sentido, Getúlio foi determinante para canalizar as demandas das massas populares urbanas, a favor da construção de bases legítimas para os trabalhadores poderem ter representatividade política nos poderes formais instituídos.

Um dos traços mais característicos do líder populista é a sua própria imagem, geralmente associada como o protetor dos pobres, o salvador dos desamparados. Durante o Estado Novo, para alcançar estes objetivos, o governo criou o Departamento de Imprensa de Propaganda (DIP). Sua finalidade era conduzir a propaganda política, instaurar a censura aos meios de comunicação – jornais, revistas e o rádio –, enaltecer o governo e o povo brasileiro e promover a “nova mentalidade do país”. Assim, o DIP foi moldando, inclusive, a maneira de Vargas se dirigir ao povo. Antes de 1938, seus discursos traziam referências ao governo, ao coletivo, por exemplo, ao utilizar expressões como “meu governo”, “nossa organização” e “vossa vontade”. Após essa data, sob instruções do DIP, passou a utilizar mais a primeira pessoa do singular, “eu”. Ou seja, fazia parte da propaganda política do regime a identificação do povo, não com a instituição coletiva do Estado, mas sim com a figura individual de Vargas (LEVINE, 2001, p. 92-93).

A popularidade do governo Vargas era assegurada, de um lado, pela propaganda do governo e, de outro, pela política populista baseada no paternalismo e no corporativismo. Levine afirma:

A propaganda despejada pelo DIP assegurava e reassegurava que Vargas lutava apaixonadamente pelos pobres. Ao dizer às classes trabalhadoras que elas eram o alicerce sobre o qual se assentava seu movimento político, Vargas expandia sua popularidade, enquanto a polícia investia contra dos sindicatos não-governamentais (LEVINE, 2001, p. 96).

Assim, a base de apoio de Vargas esteve concentrada, principalmente, entre a massa de trabalhadores urbanos. Tal base era fundamental dentro de um regime no qual inexistiam partidos políticos. A aproximação de Vargas com as massas sem que houvesse qualquer partido para fazer essa intermediação contribuiu para engrandecer ainda mais a figura do presidente como o único capaz de negociar com o operariado urbano e conduzir o país ao progresso.

Mas se a primeira fase do governo Vargas, principalmente durante a ditadura, já mostraram suas práticas populistas, no segundo governo elas vão se acentuar. Se, segundo Weffort, em frase já citada, os políticos populistas se assemelham pelo “interesse que todos tem na conquista do voto popular e na manipulação das aspirações populares”, a volta da democracia, com a existência de partidos políticos e a necessidade de conquistar o voto do eleitorado em eleições diretas serviram como uma das primeiras experiências¹⁸ para Vargas utilizar-se das suas habilidades populistas com a finalidade de atrair votos. Para isso ele multiplicará seus acordos com grupos políticos, a exemplo da aliança com Adhemar de Barros. Ao reforçar seu discurso nacionalista e xenófobo se aproxima das classes trabalhadores, pois as mesmas o veem como o defensor da pátria, dos interesses nacionais e, em última instância, dos trabalhadores.

¹⁸ Weffort registra em uma das notas de rodapé do seu livro: “a primeira forma de manifestação populista de massas – no estilo que será dominante no período democrático e que se difere das grandes manifestações em geral comemorativas ou festivas do período ditatorial foi o ‘queremismo’” (nota 5), (WEFFORT, 2003, p. 47).

Entretanto, a fase da República Brasileira que se iniciou em 1945 e se prolongou até 1964, começou a mostrar sinais de crise logo nos primeiros anos da década de 50. Weffort escreve que “se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isso só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de alianças poli classistas, que as privava de autonomia” (WEFFORT, 2003, p. 87). Assim, de um lado, as constantes oposições por parte da direita, capitaneadas pelo udenista Lacerda e pelo Exército por meio de manifestações públicas de descontentamento, são sintomas da ruptura daquele compromisso entre os grupos políticos para dar sustentabilidade a um governo baseado em práticas populistas. De outro, as inúmeras greves operárias, muitas conduzidas pela esquerda radical, sobretudo as de 1953, fugiram do controle do governo de Vargas.

Em relação à pressão das classes populares que acelerou a crise do regime populista, o comentário de Weffort sobre o presidente João Goulart talvez ilustre um pouco o governo Vargas:

A introdução da organização [das massas populares], mesmo que para fins reivindicatórios, haveria introduzido, como de fato se observou nos últimos anos do governo Goulart, a possibilidade de uma ruptura na relação de identidade entre líder e massa.

[...]

Ao pretender entrar pelo caminho das reformas de estrutura, Goulart provocou a “crise do populismo”. Apesar de condicionar, como chefe de Estado, por ação ou por omissão, o conjunto do movimento popular que começava a formar-se, longe estava ele de ter o controle do processo político. Crescia em importância uma mobilização popular que, embora muitas vezes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais (WEFFORT, 2003, P. 83).

A crise do governo Vargas, cujo desfecho foi seu suicídio, não teve boa parte dos elementos apontados acima: não se vivia a crise no populismo, apesar da manifestação de alguns sintomas de decadência, e o chefe de Estado, Vargas, não condicionou os movimentos populares para discutirem reformas estruturais, aliás nem se pensava nelas. Todavia, muito em decorrência do PTB e do PCB, na clandestinidade, a pequena organização das classes populares pareceu fugir ao controle do poder de domínio de Getúlio sobre as massas, como

evidenciaram as greves. Por conta dela, “a possibilidade de uma ruptura na relação de identidade entre líder e massa”, também foi sentida, apesar da reação das classes populares após o suicídio de Vargas.

Em larga medida, portanto, seu suicídio representou o esgotamento da sua capacidade como líder populista de buscar nos grupos políticos dominantes o compromisso necessário para manter as classes populares sob controle, que acabaram desenvolvendo uma certa autonomia frente ao Estado, passando a pressioná-lo por certas reivindicações trabalhistas.

De qualquer jeito, o estilo centralizador de governar, a grande habilidade em compor alianças políticas, a base de apoio das massas, devido o trabalhismo, e o contato direto com elas, resumem o que foi o populismo de Getúlio Vargas. Tais práticas não são uma peculiaridade do Brasil, elas ocorreram em toda a América Latina por volta dos anos 40 e 50. Segundo Levine,

na América Latina, o populismo tomou muitas formas, todas caracterizando-se por terem uma base urbana, constituírem uma coalizão de muitas classes, serem hierárquicas, cooptadoras, *ad hoc* e não-revolucionárias, dirigidas por figuras exaltadas (quando não carismáticas) que prometiam atender às queixas populares e construir uma solidariedade social (LEVINE, 2001, p. 22).

Corroborando com Weffort, Levine considera o populismo, tendo sido Vargas a sua maior expressão no Brasil, um tipo de manifestação política caracterizada pelo compromisso entre muitas classes, responsáveis pela manutenção do *status quo*, ao mesmo tempo em que incorporam as classes populares no jogo político, sempre as mantendo sob controle de “figuras exaltadas (quando não carismáticas)”. Este controle é realizado pelo populista sem o intermédio de partidos políticos ou instituições, preferindo uma identificação direta com elas, como que se a lealdade delas ao líder populista fosse suficiente para o desenvolvimento político do país, para as conquistas de direitos por parte dos trabalhadores ou para o sucesso econômico individual destes.

4. Luis Inácio Lula da Silva

4.1. Breve biografia

Da mesma forma que feito com Vargas, esta biografia não se preocupa em detalhar ou explicar acontecimentos da vida de Lula. Ela é apenas descritiva, pois toda a análise necessária para compreendê-la será feita depois.

Para fazer sua tese de doutorado, Denise Paraná, em “Lula, o filho do Brasil”, recolhe uma série de depoimentos da família Silva. Atesta que Luis Inácio da Silva nasceu em Garanhuns, Pernambuco, em 1945, em uma família extremamente pobre, agravada pela seca do sertão nordestino. Em 1950, seu pai migrou para Santos com o irmão mais velho, Jaime. Dois anos depois, a mãe, os irmãos e Lula, com 5 anos de idade, migraram para Santos atrás do marido.

Após separar-se do marido, em meados da década de 1950 a mãe, irmãos e Lula vieram para São Paulo. Para sustentar a casa, todos os irmãos começaram a trabalhar deste cedo. Lula foi o único filho a terminar o ginásio e fazer o curso técnico de torneiro mecânico no SENAI.

Em seu livro, Paraná colhe informações do próprio Lula dos seus primeiros empregos. Antes de entrar nas fábricas foi engraxate, tintureiro e auxiliar de escritório. Seu primeiro emprego em fábricas foi em 1960, ainda com 15 anos, mesmo ano em ingressou no curso técnico. Por insistência do irmão, se filiou no sindicato em 1969 e após fazer uma pequena carreira sindical se tornou presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1975.

Esteve na liderança do sindicato nas greves do ABC em 1978, quando liderou sua primeira greve operária, mas como Lula mesmo admite, seu foco era apenas a revisão salarial para os trabalhadores. A partir de 1979 adquiriu consciência política, liderando outras importantes greves neste e no ano seguinte. Sua guinada política levou-o, inclusive, a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e a ajudar na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Já como petista, disputou as eleições a governador de

São Paulo em 1982, foi eleito deputado constituinte para a Assembléia que elaborou a Constituição de 1988, disputou três eleições presidenciais (pleitos de 1989, 1994 e 1998) até ser eleito presidente da República no ano de 2002. Em 2006, foi reeleito, tendo terminado seu segundo mandato em 2010.

A seguir, o próximo tópico pretende fazer um resumo dos principais fatos que marcaram o governo Lula. As análises históricas serão melhor desenvolvidas e explicadas na última parte deste tópico, quando será focalizada a relação de Lula com os trabalhadores.

4.2. Os governos Lula (2003 à 2006 e 2007 à 2010)

A chegada de Lula à presidência do Brasil foi um marco para o país e por vários motivos. Primeiro pela simbologia, pois pela primeira vez um operário chegou ao posto mais alto da nação. Mas não se tratou de um operário qualquer e sim de um retirante do Nordeste que veio ainda criança com sua família para o Centro-Sul fugido da seca para, como o ditado popular diz, “tentar fazer a vida” na cidade. Só por isso, a eleição de Lula já se tornou algo singular na história brasileira, fato registrado pelo escritor e jornalista Luis Fernando Veríssimo em uma de suas crônicas para o jornal *Estado de São Paulo*, no início de 2002, portanto no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso e antes da eleição presidenciais. Veríssimo afirmou que “uma improvável vitória do Lula não significará, claro, a tomada do poder pela ‘classe perigosa’, para finalmente se apossar da sua própria história. [...] mas será o primeiro presidente da nossa história a não ter ‘Bragança’ implícito no nome. O primeiro Silva autêntico”¹⁹. O fim dos “Bragança”, sobrenome da família imperial brasileira e, portanto, referência ao domínio político da elite no país, e o início do poder dos “Silva” – e aqui não se trata apenas do sobrenome de Lula, mas se refere a todas as classes pobres da sociedade – deixa claro a posição social da qual saiu o presidente e quão transformadora foi essa mudança. O significado da vitória de Lula não teve repercussão

¹⁹ VERÍSSIMO, Luis Fernando. “O último Bragança e o primeiro Silva”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2002

apenas dentro do país. No exterior, entre outros, o historiador britânico marxista Eric Hobsbawm também se pronunciou, inclusive com certo otimismo. Em entrevista para a *Folha de São Paulo* afirmou que “este é um dos poucos eventos do começo do século XXI que nos dá esperança para o resto do século”²⁰.

Além de simbólica, do potencial transformador e da repercussão, a sua vitória demonstrou o amadurecimento da democracia brasileira. Esta constatação não deve ser interpretada de forma alguma como tendo qualquer tendência ideológica, ela está ancorada na literatura política que trata sobre este tema. Um dos mais renomados cientistas políticos, Maurice Duverger, referência no estudo sobre sistemas partidários, define a democracia como “um regime em que os governados escolhem livremente os governantes e onde a oposição pode chegar ao poder”²¹ (grifo meu). Se até aquele momento o PT era historicamente associado à oposição ao governo federal, a sua chegada a presidência de forma ordeira e sem contestações que impedisse a posse de Lula por parte da elite do país, representante dos “Bragança”, demonstra a consolidação das instâncias democráticas do país. Apesar da tranquilidade da passagem da faixa presidencial ao novo eleito, isso não significou que Lula passou por toda a campanha eleitoral sem ter que se defender das reações exaltadas dos grupos mais conservadores que ainda o acusavam de radical, como nas eleições anteriores.

A frase “hoje, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo” logo no primeiro pronunciamento de Lula, momentos após ganhar as eleições, sintetiza de forma bastante enfática tanto a dimensão simbólica de um “Silva” ter assumido o poder, quanto o desabafo contra os mais conservadores que faziam discursos catastróficos para impedir a sua possível vitória.

Para conseguir atingir a presidência, Lula e o PT tiveram que passar por uma reciclagem política grande. O partido é considerado democrático, pelo menos no que diz

²⁰ “Um século de migalhas”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2002, Especial, p. 10

²¹ **DUVERGER**, Maurice. “Os Partidos Políticos”. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

respeito à organização interna da sigla, que dá espaço para a formação de vários grupos manifestarem internamente suas ideologias. A partir de 1995, como atesta o cientista político Oswaldo Amaral²², a sigla passou a ser liderada pelos petistas moderados, partidários da ideia de que se o PT quisesse atingir a presidência deveria romper a barreira ideológica da esquerda e fazer alianças políticas com forças de centro-direita do país. Por conta disso, a campanha eleitoral de 2002 do partido foi marcada por alianças que cobriram grande parte do espectro ideológico da política brasileira. Tentando seguir mais ou menos uma certa ordenação ideológica da esquerda para direita, sem qualquer critério metodológico, o PT se coligou para as eleições de 2002 com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Liberal (PL). Como prova cabal da inclinação do PT para uma posição de centro-direita, Lula escolheu José Alencar para ser seu candidato a vice-presidente, um empresário da indústria têxtil, figura de nome do extinto PL²³. Para além de discussões políticas, ideológicas ou programáticas, este conjunto de alianças, claramente heterogêneas, deixou patente a capacidade de Lula de reunir em torno de si grupos tão opostos. Esta característica, como já se viu, é típica das grandes lideranças políticas que conseguiram impor sua imagem acima dos partidos políticos. Esse estilo de fazer política foi marca do governo Lula tanto no primeiro, quanto no segundo mandato. O jornalista, analista e crítico político Merval Pereira afirma em seu livro, “O lulismo no poder”, reunião das crônicas que escreveu em

²² AMARAL, Oswaldo. “Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.01-44: “As barreiras institucionais e organizativas para a expansão do PT começaram a ser removidas a partir de 1995, quando os moderados retomaram o comando do partido no 10º Encontro Nacional. Tenso e muito disputado, esse Encontro marcou o início da aliança entre as tendências internas Articulação [sob liderança de José Dirceu e Lula] e Democracia Radical [liderada por Jose Genuíno e Tarso Genro], que seria a espinha dorsal do grupo que controlaria o partido por dez anos e ficaria conhecido como Campo Majoritário. Com José Dirceu à frente da presidência do partido e com as facções moderadas controlando os cargos diretivos mais importantes, o PT dava início a um amplo processo de remodelagem na sua organização, desenho institucional e ideologia, com consequências não só no âmbito da participação na política institucional, mas também na sua relação mais ampla com a sociedade” (p. 15).

²³ O PL, como o nome da legenda já indica, tinha uma ideologia liberal. Durante a década de 80 e em boa parte da de 90 o PT se caracterizou justamente por criticar e combater as políticas neoliberais dos presidentes, que adotaram tais políticas. A adesão ao PL, portanto, evidencia a guinada à direita dada pelo PT. Sobre José Alencar, em 2005, no segundo mandato de Lula, migrou para o recém-formado Partido Republicano Brasileiro (PRB).

determinado período para o jornal *O Globo*, que Lula “quando se afirmou como o principal líder da esquerda, para chegar a Presidência em 2002 teve que fazer o mesmo movimento para a centro-direita que já fora feito pelo PSDB” (PEREIRA, 2010, p. 18).

Corroborando com a teoria exposta por Marques e Mendes sobre a gradativa aceitação das idéias neoliberais pelo PT, 1995 pode ser considerado o ano de inflexão dentro do partido para a aceitação das teses do capitalismo financeiro, cujo desfecho foi a aceitação da aliança com o empresariado, representado pelo seu vice-presidente, Alencar²⁴. Deste modo, já no seu primeiro governo, Lula manteve as políticas econômicas neoliberais de FHC, causando surpresa apenas para os analistas e militantes mais desavisados.

O que talvez mais tenha chamado a atenção nos primeiros anos do mandato de Lula não foi tanto a continuidade com a política econômica do governo anterior, mas sim o seu aprofundamento. Os historiadores Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez observam, no livro “História do Brasil: uma interpretação”, que logo no ano de 2003 o governo conseguiu fazer aprovar duas reformas neoliberais consideradas extremamente importante para o país: as reformas da Previdência e Tributária. A primeira aumentou o tempo para requisição de aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada e estendeu a cobrança da contribuição previdenciária aos aposentados. A segunda abriu margem para o aumento da carga fiscal sobre as pessoas físicas e jurídicas. Ambas as reformas visaram tentar equilibrar as contas do governo, especificamente com relação à Previdência, e aumentar a arrecadação como justificativa para que fosse possível fazer melhores investimentos públicos. Outra importante medida neoliberal tomada foi a manutenção e elevação do superávit primário (tudo que o governo arrecada, menos o que ele gasta, excetuando os juros) como forma de indicar ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM) a preocupação brasileira

²⁴ Além da aliança com o empresariado, forte indício da postura econômica neoliberal que iria adotar em seu governo, ainda em campanha o candidato Lula afirmou diversas vezes que não iria romper os acordos internacionais estabelecidos no governo anterior. Para dar provas de sua palavra, lançou a “Carta ao Povo Brasileiro” que, entre outras coisas, prometia respeitar todos os contratos com organismos internacionais, sobretudo com o FMI e com o Banco Mundial.

com o pagamento dos acordos estabelecidos com estes organismos internacionais. A ortodoxia econômica, levada a cabo pelo Ministro da Fazenda, Antonio Pallocci, levou ao recorde na arrecadação de tributos em 2005.

Se, por um lado, o governo Lula ficou marcado pela aplicação da política econômica liberal, por outro, se caracterizou por dar grande impulso aos programas sociais que tinham o objetivo de erradicar a fome do Brasil e retirar milhares de brasileiros da situação de miséria e que se enquadravam abaixo da linha da pobreza. Esta preocupação já era expressa na campanha eleitoral de 2002 por meio da proposta de criação do programa *Fome Zero*, cujo objetivo visava erradicar a fome no Brasil. Ao assumir a presidência, logo de imediato, Lula colocou em prática o seu programa, mas ao longo do ano ele foi perdendo força e acabou sendo abandonado para dar lugar ao programa *Bolsa Família*, tornando-se o principal programa social do seu governo nos dois mandatos (PEREIRA, 2010, p. 109) O *Bolsa Família*, principal forma de aproximação de Lula sobre as massas pobres, e o impacto causado serão mais detalhados no tópico abaixo.

O ano de 2005 foi crucial não apenas para Lula, mas para o PT como um todo. Os principais petistas, entre deputados federais, ministros e articuladores de campanha, foram denunciados por um dos maiores escândalos de corrupção já existentes na história recente do país, o *Mensalão*. Segundo as denúncias, este esquema foi montado e era chefiado pelo então Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Em 2006, os fatos mostraram-se tão contundentes que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, apresentou denúncia ao Supremo Tribunal Federal contra 40 pessoas envolvidas no esquema, chegando a falar em “formação de quadrilha”²⁵.

O *Mensalão*, apesar de principal escândalo, não foi o único. Um ano antes, Waldomiro Diniz, o ex-assessor do então ministro José Dirceu, foi flagrado negociando propina. No ano seguinte ao do *Mensalão*, em 2006, Antonio Palocci caiu quando se

²⁵ Apesar das denúncias e de todas as evidências, o caso ainda não foi julgado pelo STF, que está sendo pressionado a fazer isso este ano, 2012. Em outras palavras, oficialmente, até o momento não é possível falar em culpa dos envolvidos.

descobriu que mandou quebrar o sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa para tentar provar que ele havia sido pago pela oposição para fazer denúncias contra o ministro. Ainda no mesmo ano, durante a campanha eleitoral, se descobriu um dossiê que seria comprado por petistas para incriminar alguns líderes do PSDB pela aquisição de ambulâncias superfaturadas durante a gestão FHC. O ex-assessor para assuntos especiais da presidência, Frei Betto, ao romper com o governo em 2004 e passar para o lado da crítica, afirma esta opção de “privilegiar alianças partidárias que, por vezes, incluíram políticos notoriamente corruptos, de práticas antagônicas aos fundamentos do PT. No calor do processo eleitoral, essas alianças não se pautaram por metas estratégicas capazes de delinear o perfil de um novo país”²⁶.

Apesar destes escândalos, Lula foi reeleito presidente para o mandato de 2007 a 2010. Esta vitória representou a consolidação da imagem de Lula, pois apesar do seu partido ter-se envolvido em diversas questões espúrias, parece que nenhum escândalo foi suficiente para abalar a imagem que construiu como líder da nação, acima do próprio partido, e, acima do “bem e do mal”, como críticos políticos gostam de enfatizar. No seu livro de coletâneas das principais colunas que escrevia periodicamente para “O Globo”, Merval Pereira busca entender porque nada “cola” em Lula. Na coluna escrita em maio de 2008, portanto, um ano e meio após a sua reeleição, afirma

Já está se transformando em pensamento único a percepção de que o presidente Lula é um espertíssimo político que não é páreo para uma oposição desastrada e abúlica. Esse endeusamento da ‘esperteza’ política é outra característica dos tempos atuais, e existe a certeza nos meios governistas de que o ‘efeito teflon’ que faz com que nenhuma crítica ‘cole’ no presidente se deve a essa sua capacidade de comunicar com a massa do eleitorado, que entenderia mais do que qualquer outro (PEREIRA, 2010, p. 88).

²⁶ **BETTO**, Frei. “Calendário do poder”. São Paulo, Editora Rocco, 2007, In: **PEREIRA**, Merval. “O Lulismo no poder”. Rio de Janeiro: Record, 2010, 2ª edição

Nesta passagem, Merval já indica a grande marca de Lula, que o faria inclusive escapar das crises políticas relacionadas ao seu partido, “sua capacidade de comunicar com a massa do eleitorado, que entenderia mais do que qualquer outro”. Para além da crise ética que se abateu em torno do PT, ainda na metade do seu mandato de oito anos, o carisma do presidente e o seu crescimento em relação ao próprio partido, tornando-se praticamente em um político apartidário aos olhos do grande público, fizeram de Lula uma figura grandiosa, com uma liderança sobre as massas pouco vista na história do Brasil, transformando-o em um dos líderes populares mais importantes da história do país e, porque não, do mundo. Extremamente similar às práticas populistas da década de 40 e 50 na América Latina, tal capacidade de comunicação faz parte de uma das características do “novo populismo” ou *lulismo*, nome do “fenômeno político” batizado pelos críticos de Lula.

Carlos Mota e Adriana Lopez também tecem comentários com relação à crise de corrupção do primeiro mandato e o paradoxal surgimento deste fenômeno político:

[Pela] crise, o PT não passou imune. Derrubava-se a aura mítica de lisura e ética política que o partido alardeava desde a sua fundação. Assim Lula e o PT se distanciaram a partir da descoberta de irregularidades graves cometidas por membros da cúpula do partido. Analistas como Arnaldo Jabor e Demétrio Magnoli, entre outros, detectaram nesse processo um fenômeno novo, o *lulismo*, uma ideologia invulnerável, ecumênica, em que oposição e situação se confundem, tornando-se o presidente ‘um messias sem programa, um messias de si mesmo’ (MOTA;LOPEZ, 2008, p. 956).

Ao citarem analistas políticos que apontam o crescimento do *lulismo*, Mota e Lopez poderiam ter textualmente incluído o nome de Merval Pereira²⁷. O surgimento deste “fenômeno político”, entre outros fatores, só pode ser explicado pelo carisma de Lula e o distanciamento com relação ao PT. Todos estes pontos serão discutidos posteriormente.

Sobre a campanha à reeleição de 2006, o PT usou e ampliou a mesma estratégia usada na eleição anterior, ou seja, fazer coligações com o maior número de partidos possíveis para conseguir cobrir boa parte do espectro ideológico. Desta vez, as alianças do PT foram

²⁷ Não é a toa que a orelha do livro de Merval Pereira foi escrita por Arnaldo Jabor, citado por Mota e Lopez.

feitas com 11 partidos. Como acima apresentado, mais uma vez tentando reproduzir uma linha da direita para a esquerda e sem critério técnico algum, os partidos que estiveram ao lado do PT nas eleições foram o Partido Progressista (PP), Partido Social Cristão (PSC), Partidos dos Aposentados da Nação (PAN), Partido da República (PR), antigo PL, Partido Verde (PV), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Social (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Como se observou anteriormente, a capacidade para conseguir atrair uma tal quantidade de partidos políticos com ideologias tão divergentes, além dos motivos já citados, é mais uma das características de liderança popular encontrada em Lula²⁸.

No seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2007, Lula afirmou em discurso as diretrizes do governo. Desta vez sem causar qualquer estranhamento, anunciou a continuidade da política econômica para que não houvesse a volta do “demônio inflacionário”, mas enfatizou também a necessidade da retomada do crescimento econômico, já que ele havia-se interrompido no Brasil (MOTA;LOPEZ, 2008, p. 956-957). Assim, Lula anunciou a necessidade do crescimento industrial e agrícola, bem como o desenvolvimento educacional. Para por em prática todas as suas promessas, logo no início de janeiro, instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de obras de infra-estrutura em aeroportos, ferrovias, rodovias, hidroelétricas, com o objetivo, entre outros, de criar condições para o crescimento econômico e a melhoria de investimentos privados. Na área da educação, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), uma série de medidas para melhorar, em um prazo de 15 anos, os níveis de Educação do país, tendo como prioridade o Ensino Infantil ao Médio.

Além das promessas de crescimento econômico, foi constantemente debatida a necessidade de mudanças estruturais. Em meados de 2007, Kenneth Maxwell, historiador

²⁸ É preciso fazer a ressalva de que com o PT já tendo sido governo na gestão anterior, isso facilitou a adesão de novas alianças, principalmente em se tratando de políticos oportunistas que apostaram na continuidade do governo.

britânico brasilianista e atual colunista do jornal *Folha de São Paulo*, sendo contundente nas palavras, afirmou em uma entrevista para este mesmo jornal que Lula "está demorando muito tempo para montar o [seu segundo] governo", que ainda não é possível "saber o que querem fazer nos próximos três anos e meio". E completou, falando que "perdeu-se quase meio ano, já estamos em maio. Há falta de ação em vários níveis e assuntos importantes para o Brasil. Todas essas coisas estão demorando muito"²⁹. Estas críticas se referiam à reforma tributária e às ações relacionadas a segurança pública. Ao término do governo, não houve avanços significativos nestas áreas.

Já Mota e Lopez escrevendo no calor dos acontecimentos, pois o livro acima citado é de 2008, fazem a seguinte afirmação referindo-se à urgência de outra reforma:

Ao entrar em seu segundo mandato, a crise político-institucional [em grande parte fruto das denúncias de corrupção] explicitou-se em todos os termos, parecendo ter chegado a hora de, enfim, o presidente Lula da Silva dar um passo decisivo para a solução do dilema [...], no que *parece* constituir o principal embate em sua gestão. Embate decisório, embora o presidente venha protelando medidas mais efetivas para a aceleração das sempre citadas mudanças estruturais (MOTA; LOPEZ, 2008, p. 975).

Mota e Lopez chamam a atenção, principalmente para a reforma política, vista sempre com certa prioridade, mas que se mostrou muito mais urgentes quando vieram à tona os escândalos envolvendo o PT e a sua base aliada por conta do *Mensalão*. Assim, a discussão da reformulação da estrutura político-partidária brasileira tornou-se pauta das principais discussões políticas neste momento. Mostrando-se receptivos ao governo e com ares de esperança, os historiadores completam o raciocínio anterior afirmando:

Oriundo do mundo do trabalho e da cultura político urbano-industrial, conhecedor da vida sindical e do capitalismo nacional, dos mecanismos das corporações e do grande capital internacional, o presidente reúne, pela legitimidade que lhe conferiram as urnas, todas as condições para acelerar a reforma política. (MOTA; LOPEZ, 2008, p. 976).

²⁹ MAXWELL, Kenneth. "Lula já perdeu quase meio ano, afirma Kenneth Maxwell". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 mai 2007, p. 4

Apesar de se apostar na sua trajetória pessoal e política, nos seus conhecimentos sobre os mundos sindical e econômico e na sua aceitação popular, não se tocou em questões consideradas estruturais para esta reforma. A única alteração foi, em 2009, a aprovação da lei *Ficha Limpa*, um projeto de iniciativa popular proibindo políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância de se candidatarem. Contudo, após grandes disputas judiciais, ela só entrará em vigor a partir de 2012.

De qualquer modo, todas as reformas propostas pelo governo ou consideradas relevantes pela opinião pública não foram realizadas a contento. Isso releva o quão difícil é legislar no país, seja por falta de vontade política, seja pela impossibilidade de acordos. É quase consenso entre os analistas políticos, e Merval está incluso nesta lista, que práticas corporativistas para a defesa dos interesses da classe política explicam grande parte das dificuldades encontradas. Para eles, as chances de apoio a continuidade das condutas consideradas mantenedoras do *status quo*³⁰ aumentam na mesma proporção da variedade de políticos e de partidos sem compromissos ideológicos, preocupados apenas em fazer parte da aliança da situação, resultando no desinteresse generalizado no avanço das reformas, sobretudo a política.

Olhando de outro prisma, é possível retomar os argumentos de Marques e Mendes sobre a aliança com o capitalismo neoliberal para perceber que as únicas reformas aprovadas de maneira razoavelmente satisfatória, do ponto de vista do governo, foram a da previdência e a tributária. Ambas foram feitas ainda no primeiro mandato de Lula, apesar da primeira ter passado por fortes críticas do próprio governo, posteriormente, que tentou rediscuti-la na

³⁰ Mota e Lopez defendem em “História do Brasil: uma interpretação” que “traços fortes do Brasil arcaico ainda persistem no modelo *autocrático-burguês* do período ditatorial – e mesmo do anterior – que expressam, ainda, em pleno século XXI, os ranços da tradição estamental escravista colonial, imperial, da República Velha e do Estado Novo. Modelo mal disfarçado sob as roupagens de uma democracia liberal e participativa, que abriga a impunidade de graves atos delituosos à vida republicana moderna. [...] Na questão da reforma política para a construção de uma democracia efetivamente moderna, tanto os governos de Cardoso e de Lula obtiveram poucos resultados [...]. Nesta história, camuflado, o que resta mesmo é o modelo *autocrático-burguês*, persistente, presente nos dias que fluem como naqueles em que Florestan Fernandes o detectou, em 1975, em sua obra clássica. Tal modelo não foi desmontado, embora as aparências de uma democracia liberal levem a pensar estar-se vivendo em um modelo de República democrático-burguesa” (p. 979).

segunda gestão. De todo modo, ambas reformas dizem respeito à economia e às finanças, deixando evidente, mais uma vez, o comprometimento do governo com as políticas neoliberais comandadas por organismos internacionais.

Sobre as denúncias de atividades ilícitas ou indecorosas, elas continuaram a existir no segundo mandato, mas poucos casos chegaram ao desenlace final e menos ainda foram os corruptos punidos. Para ficar apenas em um exemplo, em 2008, descobriu-se que integrantes do governo e deputados usaram Cartões Corporativos, cuja finalidade é cobrir despesas oficiais, para uso pessoal. Se tais atividades não chegaram a abalar a imagem de Lula, isso não impediu a imprensa de acusar o governo de aparelhamento do Estado ao misturar a esfera pública com a privada. Merval Pereira, crítico ácido do governo, como já se viu, lembra ainda de outros episódios e registra em seu livro:

O PT já foi chamado de ‘UDN de macacão’ por Leonel Brizola, craque em colocar apelidos certos em adversários.

[...]

[Entretanto,] a mistura do público com o privado tem sido recorrente no governo petista, desde questões triviais, como plantar uma estrela, símbolo do partido, num canteiro do Alvorada, até levar a cadelinha da família de um lado para o outro de carro oficial. Outras questões, mais complexas, envolvem os interesses financeiros do partido (PEREIRA, 2010, p. 57).

(...)

A disputa pela CPI do Cartão Corporativo não é apenas mais um lance da luta pelo poder entre os dois grupos que lideram a política nacional nos últimos anos [PT e PSDB], mas a tentativa petista de blindar as investigações de uma das muitas facetas do ‘aparelhamento’ do Estado feito pelo PT e seus aliados da base parlamentar.

[...]

Esses gastos abusivos, esse desperdício de dinheiro público, é o complemento do "aparelhamento" da máquina do Estado. Se somarem os empregos públicos, as nomeações políticas com os gastos corporativos, vai-se ver como o Estado está sendo usado por grupos políticos (PEREIRA, 2010, p. 77).

A acusação de aparelhamento do Estado por meio de práticas ilegais foi uma constante nos dois governos. Seguindo a lógica do primeiro mandato, apesar destas e de

outras denúncias, a imagem do presidente Lula cresceu de tal forma a ponto de ter terminado seu mandato com o índice de aprovação mais alto da história brasileira quando se avalia o último ano dos mandatos presidenciais. Como referência para esta constatação, o Ibope mediu 41% de aprovação em 2003, 51% em 2006, 58% em 2008, sendo que no Nordeste foi de 70%, e, em 2010, medidos pelo CNT/Sensus, nada menos que 87%. Olhando para os oito anos do governo, como alertaram alguns dos mais importantes analistas da política recente do país, incluído Merval, o crescimento da imagem de Lula foi inversamente proporcional à aprovação de seu partido, principalmente após as primeiras descobertas de práticas ilícitas por parte dos principais representantes do governo.

Por fim, Lula teve seu teste definitivo quando da indicação de sua sucessora para a presidência. Dilma Rousseff³¹ era a ministra de Minas e Energia quando estourou o escândalo do *Mensalão* e, após a queda de José Dirceu, foi nomeada ministra da Casa Civil. Gradativamente, Lula tornou-a conhecida da população brasileira já nos primeiros dias do segundo mandato, quando a associou como a chefe do PAC. A prova definitiva da popularidade do presidente foi a eleição de Dilma, mesmo sem ela ter disputado uma eleição sequer em toda a sua vida política.

4.3. Lula, as classes pobres e o lulismo

A relação de Lula com as massas é histórica. Como sua biografia mostra, veio das classes mais baixas da população e trabalhou, entre outras ocupações, como operário de fábrica. Foi líder sindical, fundou um partido que se definia defensor dos trabalhadores e ajudou a formar a CUT para a defesa dos interesses da classe da qual fazia parte e que representava. Como observa Paraná, no seu livro que conta a trajetória pessoal de Lula e a vincula com a sua vida política, entrou para a história também por ser o fundador do “novo

³¹ Inicialmente, Lula pensava em outros dois nomes para candidatos: José Dirceu e depois Antonio Palocci. Entretanto, juntos com outros nomes de peso do PT, Dirceu e Palocci acabaram se envolvendo em denúncias de atividades ilícitas. Por conta disso, o presidente precisou, como a expressão política afirma, “construir” a candidatura de Dilma Rousseff para ser a sua sucessora.

sindicalismo”, uma forma diferente de fazer sindicalismo no Brasil, baseada na autonomia dos trabalhadores e seus representantes, “distinta daquela caracterizada pelo clientelismo e pelo assistencialismo sindical”³² (PARANÁ, 2002, p. 27). Por conta destes fatores, esta é a principal justificativa para a preferência de Lula pelas classes populares, o que não significa que as políticas desenvolvidas para esta população não venham passando por duras críticas por parte dos analistas políticos e intelectuais da academia de modo geral.

Logo no primeiro ano do governo, pode-se perceber a relação do PT com os trabalhadores. Na época, depois de um encontro entre MST e governo, esse foi alvo de forte contestação, ao mesmo tempo em que se defendia com argumentos que retomavam parte da história do PT. De um lado, Merval Pereira registrou em uma de suas colunas³³, reproduzidas em seu livro, a fala do ministro da Reforma Agrária de FHC, Raul Jungmann, do PMDB, afirmando que “os ruralistas vão se sentir abandonados com comentários como o de João Pedro Stédile [líder do MST], que disse que o encontro foi uma goleada nos latifundiários, o que quer dizer que a situação vai se deteriorar”. Jungmann afirmou, ainda, ser tática do MST, quando sabe que uma autoridade do primeiro escalão vai recebê-los, intensificar seus movimentos para passar para as massas o recado que está pressionando o governo. Completou dizendo que “o presidente sancionou a ação radical do MST”. Segundo Merval, favorável à fala de Jungmann, o governo não pediu em nenhum momento do encontro o fim das invasões, apesar dos seus integrantes dizerem que iam cumprir a lei de repressão (PEREIRA, 2010, p. 31). Apontou, também, indícios que o governo não esteve preocupado em resolver a questão de fato, mas apenas em agradar aqueles que o apoiavam:

(...) perguntado sobre o que estará pensando do encontro, um proprietário rural ou quem quer que seja tenha tido sua propriedade invadida, Frei Betto não demonstra nenhuma preocupação com a reação dos ruralistas, que podem se sentir abandonados pelo governo: ‘não sei se os ruralistas querem a reforma agrária, mas o MST e o governo querem’, garante ele (PEREIRA, 2010, p. 31).

³² PARANÁ, Denise. “Lula, o filho do Brasil”. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2002.

³³ PEREIRA, Merval. “MST na cabeça”. O Globo, 03 jul 2003.

Do outro lado, Frei Betto, ex-assessor especial do presidente Lula à época, afirmou que “quem está estranhando esquece que os caras são, para o presidente, companheiros, porque incorporaram uma causa histórica do país” e, segundo ele, nenhuma ação do MST foi questionada porque o governo sempre pregou a não intervenção na autonomia dos movimentos sociais. Todas essas questões refletem a discussão sobre a histórica proximidade do PT com os movimentos sociais de maneira geral. Tal proximidade, contudo, foi alvo de severas críticas por parte de analistas políticos, pois alegavam que o PT, enquanto governo, tinha o dever de zelar pela ordem social e constitucional do país e deveria ter reprimido as ações do MST.

Outra crítica relacionada ao comportamento do PT foi a sindicalização do governo, a passividade da CUT e a aparelhamento do Estado. Marques e Mendes, como visto, analisaram a questão quando afirmaram que, ao contrário do passado, no governo Lula os sindicatos e a CUT “aparecem como sustentáculos incontestes do novo poder” com o objetivo de “conter os movimentos, impedindo que as lutas dos trabalhadores coloquem em questão as metas e os parâmetros dos atuais burocratas do Planalto”. Nesta citação, além de observada a ligação histórica do PT com os trabalhadores, percebe-se o aparelhamento do Estado por meio da cooptação dos movimentos sociais. Sobre este assunto, em outra coluna³⁴, Merval aponta um estudo coordenado pela cientista política Maria Celina D’Araújo, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) no qual ela parece concordar com as conclusões de Marques e Mendes. Apenas para ficar em alguns números, de acordo com a pesquisa, só na administração pública direta, 20% dos cargos mais altos do governo são ocupados por petistas e 45% dos indicados são ligados à vida sindical. Segundo Araújo, “a tese que insiste em um forte vínculo sindical, social e partidário está correta” e ressalta que o grande número de pessoas envolvidas com o movimento sindical e social “pode ser uma evidência que o primeiro

³⁴ _____ . “A máquina petista”. O Globo, 26 set 2007.

governo Lula recrutou quadros em função de compromissos com esses movimentos”. (PEREIRA, 2010, p. 66). O fenômeno político *lulismo* tem parte de sua explicação nesta constatação – o aparelhamento do Estado por meio da cooptação dos movimentos sociais para contê-los nas suas lutas reivindicatórias.

Entretanto, explicar o surgimento deste fenômeno significa também falar da continuidade da política econômica; das políticas sociais; o distanciamento de Lula de seu partido; e do carisma do presidente, tornando-o uma liderança popular de referência, principalmente entre as classes mais desfavorecidas da sociedade.

Sobre a política econômica do governo Lula, o professor André Singer, no artigo “As raízes sociais e ideológicas do *lulismo*”, afirma que elas foram usadas de maneira estratégica, pois fizeram parte de uma “decisão política e ideológica”³⁵ (SINGER, 2009, p. 96). A continuidade da política macroeconômica de FHC – baseadas em metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas – é explicada por Singer como um “elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem”. Deste modo, a estabilidade conseguida por meio destas medidas, representada no sucesso do plano Real, foi como um mal necessário para evitar a “guerra” de classes e o risco da perda da maior conquista brasileira nos últimos tempos, o estabelecimento de uma moeda forte e o controle da inflação. Apesar de ter sido integrante do governo Lula, pondera que “não é aqui o lugar para discutir se, acaso fosse tentada outra via, implicando algum grau de confronto com o capital, teria sido exequível impor outra correlação de forças. O fato é que o governo preferiu conter a subida de preços pelo caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais.” (SINGER, 2009, p. 97).

³⁵ As observações do professor da USP devem ser tomadas com cautela, pois foi integrante do governo Lula como porta-voz da presidência da República. Apesar de quase toda sua pesquisa se basear em dados robustos e, por isso, parecer incontestável, a referência à opção “política e ideológica” para a continuidade das políticas neoliberais não é acompanhada de nenhum tipo de comprovação empírica. Singer apenas parte deste pressuposto para desenvolver sua hipótese.

Com referência à área social, o artigo “Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula”, de Marques e Mendes, enumera algumas realizações nas áreas da previdência social e da saúde que atestam a tese da preferência ao capitalismo financeiro. A primeira já foi comentada acima, mas para aprofundar a análise, é importante citar dois pontos ainda não mencionados, o fim da integralidade dos servidores e o início da discussão sobre a possibilidade de unificação dos regimes de previdência dos trabalhadores do mercado formal do setor privado e dos funcionários públicos. Para ficar apenas em um argumento, sobre a introdução do teto para a aposentadoria de servidores, Marques e Mendes consideram ser este um “rompimento do contrato estabelecido entre Estado e os servidores atuais” (MARQUES; MENDES, 2007, p. 17), pois a integralidade das aposentadorias era um direito adquirido, pois segundo defendem, os salários dos servidores públicos, na média geral, é mais baixo se comparado ao trabalhador da iniciativa privada. Sobre a área da saúde, Marques e Mendes acusam o governo Lula de querer alterar o repasse de verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS) para flexibilizar a alocação de recursos públicos em outras áreas consideradas prioritárias para o crescimento da economia de forma mais segura. Afirmam que, ao final de 2003, o governo encaminhou documentos para o FMI com a intenção de preparar estudos para analisar a necessidade da desvinculação constitucional de repasses para a saúde (MARQUES; MENDES, 2007, p. 19). Em ambos os casos, a tentativa de aumentar a arrecadação ou cortar gastos orçamentários do governo, segundo os críticos, comprovam a preocupação com as diretrizes das políticas neoliberais, cujo foco é propor medidas de austeridade fiscal para garantir o cumprimento dos contratos com os organismos internacionais ou com o capital privado.

Assim como as demais políticas sociais, a da Bolsa Família também é acusada de estar sendo pressionado pelas regras neoliberais do mercado, como se verá depois. De qualquer forma, sem dúvida alguma, merece destaque, pois é o maior programa da área e pode ser considerado um dos maiores motivos para explicar as características do governo Lula e a sua aproximação com as massas. Como consequência, também é peça central para o

entendimento da formação do “novo populismo”. Aliás, não poderia ser diferente, afinal esta prática política é caracterizada justamente por, dentro de um arranjo político e institucional específico, trazer as massas para dentro do jogo político sob controle do líder, como afirma a teoria de Weffort. Considerado carro-chefe do governo para a área, substituindo o Fome Zero, o Bolsa Família foi criado em 2004, quando o governo unificou alguns programas já existentes, tais como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, criados por FHC, e o Cartão Alimentação, criado por Lula.

O programa consiste em uma transferência de renda mensal para famílias consideradas, nos termos do próprio governo, em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Segundo dados oficiais e atualizados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)³⁶, as famílias do primeiro grupo – em situação de pobreza – correspondem as que ganham de R\$ 70 à R\$ 140 por pessoa e as do segundo – em situação de extrema pobreza – são aquelas que ganham até R\$ 70 por pessoa. Os benefícios variam de R\$ 32 a R\$ 306 por família, dependendo da quantidade de filhos matriculados em idade escolar³⁷. Ainda segundo dados oficiais, atualmente 13 milhões de famílias são atendidas pelo programa. Apesar das críticas sobre as dificuldades em acompanhar as exigências das condicionalidades do programa, possíveis fraudes, erros de cadastramentos, entre outras, Marques e Mendes apontam alguns dados positivos para demonstrarem a importância do programa: 1) pesquisas indicam que o benefício representa, em média, 21% do orçamento familiar dos beneficiados; 2) em vários municípios, os recursos representam a principal fonte de renda; 3) há municípios em que quase metade da população é beneficiária, evidenciando a urgência de políticas como esta (MARQUES; MENDES, 2007, p. 19).

Segundo Singer, explicar a reeleição de Lula apenas pelo Bolsa Família é muito pouco. Ele aponta ainda outros fatores que, somados a este programa, permitiram a mais de

³⁶ Fonte: <http://www.mds.gov.br/>, acessado em 13 jan 2012

³⁷ À exceção das famílias em situação de extrema pobreza que, mesmo sem filhos em idade escolar, recebem o piso do programa, R\$ 70.

20 milhões de pessoas saírem da pobreza desde 2003. Citando pesquisas realizadas, o controle de preços, facilitando um maior poder de compra das camadas pobres; o aumento real significativo do salário mínimo; e a Bolsa Família somada a elevação do salário mínimo, dinamizando as economias locais dos pequenos municípios, explicam a abrangência das transformações sociais vividas pelos segmentos mais baixos da população (SINGER, 2009, p. 92).

Sobre o crescimento da imagem de Lula, no artigo citado, Singer utiliza as pesquisas de Hunter e Power³⁸ para explicar o nascimento do “fenômeno político”, o *lulismo*. Após uma quantidade grande de pesquisas quantitativas, os pesquisadores apresentaram resultados bastante reveladores para explicar o distanciamento do presidente com relação ao seu partido:

(...) em suas quatro corridas presidenciais entre 1989 e 2002, a principal base de apoio a Lula estava entre os eleitores dos níveis superiores de escolarização nos Estados mais urbanizados e industrializados do Sul e do Sudeste.

[...]

[Em 2006], a tendência do apoio ao partido na Câmara dos Deputados, comparado ao de Lula, é cada vez mais incongruente. Enquanto Lula fez impressionantes avanços nas regiões mais atrasadas do país (os grotões, o mais duradouro calcanhar de Aquiles do PT), a fortaleza do partido continua a ser a área mais urbana e industrializada do Brasil (HUNTER;POWER, 2007, p. 4-8).

Para a dupla de pesquisadores, entre os pleitos de 1989 e 2002, o principal eleitorado de Lula sempre esteve nas camadas mais altas da sociedade. Entretanto, nas eleições de 2006, enquanto o PT manteve a sua “fortaleza” nas mesmas áreas de antes, nos centros urbanizados e industrializados do país, Lula passou a se destacar entre as classes de baixíssima renda, como afirma Singer, dos “grotões” do país. Evidentemente, a mudança do perfil do eleitorado nas eleições de 2006 está relacionada à implantação dos programas

³⁸ HUNTER, Wendy e POWER, Thimoty J. “Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006”, *Latin American Politics and Society*, vol. 49, n. 1, 2007, p. 4. In: SINGER, André. “Raízes Sociais e Ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos*, vol. 85, pp. 83-102, nov 2009

sociais, ainda na metade do primeiro governo, responsáveis por atender as “regiões mais atrasadas do país”.

O trabalho de Singer é importante pois procura entender porque nas eleições de 1989 a 2002 o eleitorado de menor renda não votava com o PT. Junto com outros cientistas políticos, entre eles Carreirão, Holzacker e Balbachevsky, observa que o partido sempre foi mal visto pelos mais pobres e, por isso, estes sempre preferiram votar com a direita. Singer afirma que os resultados dos seus estudos sobre o pleito de 1989 podem também ser estendidos para todos os outros até 2002:

[...] ao contrário do esperado, *os mais pobres eram mais hostis às greves do que os mais ricos.*

[...] À época [em 1989], assinalamos que a resistência às greves e à candidatura Lula, manifestada por eleitores de baixíssima renda, estava associada, além do mais, a auto localização intuitiva à direita do espectro ideológico. Não obstante, tratava-se de uma direita peculiar, uma vez que favorável à intervenção do Estado na economia [...]. Como resolver a aparente contradição? Sugerimos a interpretação de que os eleitores mais pobres buscariam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, *evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem.* Para eleitores de menor renda, a clivagem entre esquerda e direita não estaria em ser contra ou a favor da redução da desigualdade e sim em como obtê-la. Identificada como *opção que colocava a ordem em risco*, a esquerda era preterida em favor de uma solução pelo alto, de uma *autoridade* já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade. Esse seria o sentido da adesão intuitiva à direita (muitas vezes entendida como o que é direito ou como sinônimo de governo versus oposição) no espectro ideológico e tornaria inteligível o viés desfavorável a Lula.

[...] As derrotas de Lula em 1994 e 1998 podem ser entendidas como reedições de 1989. Mesmo em 2002, depois de unir-se a um partido de centro-direita, anunciar um candidato a vice de extração empresarial, assinar uma carta-compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula tinha menos intenção de voto entre os eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior. (SINGER, 2009, p. 87-90)

Segundo Singer, o eleitorado de baixíssima renda é extremamente conservador e se auto localiza à direita do espectro ideológico. Apesar de querer a redução da desigualdade social, pois isso significaria uma melhora na sua vida, ela a defendia “por meio de uma

intervenção direta do Estado, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem”, pois não queria colocar “a ordem em risco”. Diante deste cenário, mais uma vez, o desenvolvimento e expansão dos programas sociais, responsáveis por atender as “regiões mais atrasadas do país” e colocar Lula em uma posição de destaque, foi fundamental para as classes de baixíssima renda projetar no ex-presidente a “solução pelo alto, de uma *autoridade* já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade”.

A instituição dos programas sociais, o distanciamento do partido com o crescimento da imagem de Lula como uma “autoridade” mantenedora da ordem, somados ao sucesso da estabilidade econômica do Brasil, contribuíram para a percepção de que o governo Lula desenvolveu uma política notadamente visando atingir os mais pobres de Lula, percepção esta que o transformou em um líder popular extremamente carismático. Sobre isso, o analista político Merval Pereira, no segundo semestre de 2007, comenta na sua coluna, registrada em seu livro, uma pesquisa que acabara de ser realizada. Segundo o instituto de opinião “IPSOS” na percepção dos eleitorados, as três melhores coisas da gestão Lula foram a estabilidade econômica, a implantação do Bolsa Família e a ajuda aos pobres (PEREIRA, 2010, p. 141-142).

Tanto os pobres, quanto os ricos estiveram presentes nas presidências de Lula. De um lado, Lula atraiu as classes populares para o seu governo, dando-lhes uma atenção jamais vista na história do país, pois por meio da *sua* “autoridade” manteve a ordem social, e, ao mesmo tempo, criou um programa de transferência de renda sem igual no mundo, capaz de ajudar significativamente milhões de famílias carentes do Brasil. Somado a isso, em larga medida, controlou os movimentos sociais, primeiro, pelos próprios programas sociais e, segundo, pelo aparelhamento do Estado, como seus críticos gostam de dizer, responsável pelo arrefecimento destes. Por outro lado, manteve a estabilidade econômica ao dar prosseguimento às políticas neoliberais, agradando os grandes organismos internacionais e os grupos políticos e econômicos vinculados a eles por meio de contratos firmados com o governo ou respaldados pela confiança dada por ele. Com isso, Lula conseguiu reeditar o

populismo brasileiro de meados do século passado, rebatizado de “novo populismo” ou *lulismo*.

5. Vargas X Lula

Comparar os governos de Vargas e Lula na relação que estabeleceram com as massas, aparentemente, poderia ser tarefa extremamente difícil e por dois motivos: primeiro, por conta dos momentos históricos diferentes, tanto política quanto economicamente, e, segundo, a trajetória pessoal e política de cada um deles.

Sobre o primeiro aspecto, Vargas assumiu a presidência por meio de um golpe, governou praticamente todos os quinze primeiros anos sem a presença do Congresso Nacional para pressioná-lo e instituiu uma ditadura. Além do mais, a democracia brasileira ainda engatinhava, pois havia recém-saído de um sistema eleitoral completamente corrompido e com mínima participação popular. Na área econômica, com a quebra da Bolsa em 29, a década de 30 viveu a crise do sistema liberal e a crença na defesa da necessidade do Estado interventor, cujos maiores expoentes foram os regimes nazi-fascistas (e, diga-se de passagem, em boa medida, serviram de inspiração para a ditadura varguista). Já o presidente Lula foi eleito democraticamente por votação direta em um momento de consolidação da democracia brasileira. Sobre a participação das classes mais pobres nas eleições, ela era grande, pois desde a Constituição de 1988 o sistema eleitoral já permitia o voto de todos brasileiros, mesmo os analfabetos. Economicamente, a consolidação do capitalismo neoliberal, defensor do Estado mínimo, parece se apresentar como a única alternativa viável capaz de fazer os países desenvolverem-se.

Com relação ao segundo aspecto, as trajetórias de vida e política de cada um, também há diferenças enormes. Getúlio nasceu em uma família de proprietários de terra, estancieiros, que já dominavam politicamente a região onde morava, São Borja e Itaqui. Teve a oportunidade de estudar em bons colégios, chegando a entrar para a escola militar e

cursar uma faculdade de Direito. Antes de assumir a presidência, Vargas já havia passado por outros cargos públicos importantes, como deputado estadual e federal, governador do Rio Grande do Sul e ministro de Estado. Ao contrário, Lula nasceu em uma família muito pobre do Nordeste, migrou para São Paulo ainda quando criança e trabalhou em diversos empregos informais. Estudou apenas até o ginásio e fez curso técnico de torneiro-mecânico no SENAI para se tornar operário de fábrica (de todos os irmãos de Lula, ele foi o que conseguiu chegar mais longe em termos de estudos). Quando já era operário, entrou no sindicato como membro da diretoria e atingiu a sua presidência sem ter qualquer experiência política anterior. Seu único cargo público eletivo antes da presidência do Brasil foi de deputado constituinte em 87-88.

Não obstante essas diferenças, com absoluta certeza, eles estão entre os presidentes que mais se destacaram na história do Brasil. Segundo o historiador Levine, Vargas foi o brasileiro mais influente do século XX (LEVINE, 2001, p. 13). Já Lula foi considerado pelos jornais *Le Monde* da França e o *El País* da Espanha o líder que mais se destacou em 2010, enquanto o *Financial Times* do Reino Unido o classificou com uma das personalidades mais influentes da década.

Entretanto as semelhanças vão muito além deste elogio. Em primeiro, ambos foram personalidades que se destacaram, independentemente de seus respectivos partidos. Como visto, a criação do PTB (e também do PSD) só foi possível devido à construção da imagem de Vargas, sobretudo no período ditatorial, e o seu poder sobre as massas populares. Características do modelo populista desta época, diversos partidos, como o de Vargas, eram apenas instrumentos políticos para o estabelecimento da relação política e institucional das massas com seus líderes, que buscavam a conquista do poder político (WEFFORT, 2003, p. 57-58). Lula, por outro viés, também se distanciou do partido que ajudara a formar. A instituição dos programas sociais, cujo foco eram os pobres, fez Lula crescer significativamente entre este eleitorado, que passou a considerá-lo uma “autoridade já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade” econômica.

(SINGER, 2009, p. 96). Somado a isso, a liderança imposta sobre eles, como Mota e Lopez afirmam, o transformou em uma espécie de “messias de si mesmo”.

Outra característica em comum de ambos foi a capacidade de reunirem, ao redor de seus nomes, grupos muito diferentes entre si. Tomando como referência Skidmore, a Aliança de Vargas foi composta pelo Partido Democrático (PD), pelos tenentes, pelos militares superiores, por alguns plantadores de café e, por fim, as oligarquias dissidentes (SKIDMORE, 2007, p. 27-31). Weffort acrescenta a estes, os setores agrários exportadores menos vinculados à exportação. Segundo ele, a heterogeneidade dos grupos políticos que o apoiavam é marca do populismo varguista. Tais grupos, por não conseguirem assumir, sozinhos, o controle do poder e pressionados pelas manifestações espontâneas das classes populares, tiveram que dar vazão às lideranças capazes de estabelecer um “‘Estado de compromisso’, expressão [...] da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular” (WEFFORT, 2003, p. 79). Lula, mais uma vez por outro caminho, conseguiu reunir em torno do seu nome uma quantidade de grupos muito diferentes. Desde a fundação, o PT foi vinculado aos trabalhadores, mas, para chegar à presidência e, sobretudo se reeleger, Lula aderiu às idéias do capitalismo neoliberal e teve que fazer alianças com diversas legendas políticas, muitas vezes alterando os princípios programáticos estabelecidos nos primeiros anos de seu próprio partido. Essa heterogeneidade de alianças, ao aproximá-lo dos setores de centro-direita, reflexos da adesão ao neoliberalismo, garantiram a estabilidade econômica necessária para a intervenção social por meio de seus programas, principalmente o Bolsa-Família, lhe dando enorme destaque. Assim, Lula tinha o apoio das classes mais carentes da população e, ao mesmo tempo, dos grupos mais conservadores.

Entre outras possíveis características, a personalidade e o modo de se comportar em público de Vargas e Lula também são fatores de aproximação entre eles. Sobre o primeiro, Levine afirma:

Ele dominava a arte política da visita, vestia-se confortavelmente para não parecer pretensioso, estava sempre sorrindo e acenando, cultivava o trato fácil, ainda que pouco dissesse de substancial. O que importava não era o que dizia em público, mas como dizia. Tornou-se uma presença tranqüilizadora, familiar, nas vidas de quase todos os brasileiros, como jamais se vira no país. Viajava grandes distâncias para fazer visitas oficiais – mais de 140 mil quilômetros em 1942 –, inaugurando projetos públicos, cortando fitas e falando alto de palanques de madeira improvisados, nunca tão altos que o separassem do público (LEVINE, 2001, p. 92).

Já sobre Lula, para Merval Pereira “grande parte desse desempenho [em relação as aparições públicas e as falas do presidente] se deve a seu carisma pessoal, à sua maneira direta de se dirigir ao distinto público, numa ligação que poucas vezes foi registrada na vida política do país” (PEREIRA, 2010, p. 87). De comum, nota-se a proximidade com o público e o estilo de tratá-lo, ou seja, estilos que fazem ambos serem identificados como personalidades carismáticas, que sabem ouvir e respeitar o povo. Em grande medida essas características não são inatas aos presidentes, elas foram trabalhadas, seja pelo DIP, no caso de Vargas, seja pela assessoria de marketing e propaganda, em Lula. De qualquer forma, suas imagens públicas fazem parte da construção do imaginário coletivo sobre estes homens, assimiladas pelas massas que os acompanharam.

Todas as semelhanças não podem ser interpretadas como coincidências. Elas fazem parte de estilos políticos bastante próximos, o populismo, no caso de Vargas, e o “novo populismo” ou *lulismo*, no caso de Lula. Evidentemente, este representa a tentativa de reviver aquele e ambos se assemelham muito. Apesar disto, como dito anteriormente, o rigor da conceituação histórica não permite tratá-los pelo mesmo nome. O problema não é o termo em si, mas sim o fato de que os conceitos históricos devem ser analisados dentro dos contextos em que foram criados. Em outras palavras, momentos diferentes, requerem conceitos diferentes.

No artigo “O Social no Governo Lula...”, Mendes e Marques analisam as diferenças entre o “velho populismo” e o “novo populismo”. Para isso, recorrem ao

dicionário Aurélio, pois se preocupam, antes de tudo, em oferecer uma definição abrangente deste fenômeno capaz de englobar este dois tipos:

O termo populismo aqui utilizado se funda na sua acepção política: “ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar” ou “política fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo” (Aurélio, 1999). Não se trata, portanto, do uso atualmente corrente na ciência econômica, em que populismo está associado ao governo que gasta mais do que arrecada. (MARQUES; MENDES, 2006, p. 70)

Após conceituar o que entendem por populismo ou, pelo menos, apresentar uma visão a mais lata possível, Marques e Mendes explicam as três diferenças entre aqueles dois tipos. Como primeira diferença, para os autores, o populismo de Vargas se encarregou de destruir qualquer tipo de organização independente dos trabalhadores para, depois, atrelá-la ao Estado, controlando-a por meio dele e através da concessão de diversos direitos trabalhistas. Ao fazer isso Vargas provocou um enorme avanço nas relações entre patrões e empregados. Ademais, como afirma Weffort, este tipo de dominação só foi possível graças ao “vazio político” existente, pois nenhuma classe conseguiu controlar o poder com exclusividade. Já o “novo populismo” não pode, em hipótese alguma, se apoiar no movimento organizado como meio de sustentação do poder, como fizera Vargas, pois está comprometido com o capitalismo financeiro e é a este que responde. Também, afirmam os autores, as alianças de Lula não estão relacionadas com o “vazio político”, mas sim com o compromisso estabelecido com os organismos internacionais que ditam as regras neoliberais do mercado.

A segunda diferença diz respeito à área econômica e já foi mencionada acima de maneira superficial. Enquanto o populismo de Vargas utilizou a ação centralizadora do Estado para oferecer as condições para a industrialização do país, tanto com relação às políticas trabalhistas, quanto à produção em si; o “novo populismo” de Lula, em contrapartida, ao seguir as diretrizes do FMI e do BM, preocupa-se com os contratos

firmados, o que significa promover políticas para enxugar o tamanho e a importância do Estado em setores estratégicos da economia.

Além destas diferenças, o populismo varguista se apoiava nos trabalhadores com o objetivo de fazer avançar a legislação trabalhista, fundamento para a estruturação das indústrias dentro da lógica do mercado capitalista. O “novo populismo” de Lula, ao contrário, utiliza-se da estrutura sindical, daí a importância do aparelhamento do Estado, para cooptar e coibir os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores que poderiam atrapalhar os avanços das reformas neoliberais (trabalhista, sindical e previdenciária) (MARQUES; MENDES, 2006, p. 70-71).

Apesar destas constatações, Vargas e Lula também se aproximam pelas críticas que receberam por utilizarem vícios do sistema político adotado, considerados inaceitáveis. Merval, mais uma vez, enxerga:

[...] o governo Lula estaria se utilizando, por um lado, dos programas assistencialistas, e de outro da cooptação dos “movimentos sociais”, para praticar o que considero talvez o maior mal que seu governo está fazendo ao país [...]: a esterilização da política.

A partir do controle dos partidos através da distribuição de cargos e de métodos mais radicais como o Mensalão, o governo Lula neutralizou a ação congressual, montando uma enorme aliança política com partidos completamente distintos programaticamente [...]

Ao mesmo tempo, o governo tratou de controlar os chamados “movimentos sociais” com verbas generosas e espaços de atuação política quase sempre neutros, popularmente conhecidos como “oposição a favor”.

[...]

O presidente Lula estaria apenas repetindo um comportamento antigo dos líderes políticos, da esquerda à direita, que se aproveitam das necessidades prementes da maioria da população para tirar vantagem eleitoral delas.

[...]

O presidente Lula seria, nesse sentido, um “neo coronel” com tecnologia moderna, pois se é verdade que está promovendo uma distribuição de renda através de programas assistencialistas acompanhados por uma inflação baixa e o aumento do salário mínimo, seu governo está fazendo muito pouco para garantir que essas mudanças sejam perenes, ancoradas em alterações estruturantes da sociedade (PEREIRA, 2010, p. 88-89).

Em março de 2008, Merval traduziu para a crônica da sua coluna periódica, portanto, com um linguajar jornalístico e um pouco sensacionalista, constatações observadas por acadêmicos como Marques e Mendes, entre outros. Para ele “o presidente Lula estaria apenas repetindo um comportamento antigo dos líderes políticos”, ou seja, as práticas populistas. Na coluna publicada um dia depois desta acima, completa seu pensamento: “a comparação do lulismo com o peronismo fica cada vez mais forte à medida que o presidente Lula vai exacerbando sua faceta populista e, desprezando a intermediação institucional [...] para concretizar o sonho do Brasil grande” (PEREIRA, 2010, p. 90).

Por fim, ainda falta discutir mais um dos pontos, um dos principais neste trabalho, os avanços sociais gerados nos dois períodos analisados. Na Era Vargas, as conquistas trabalhistas com relação à legislação são inegáveis. Até 1930, os trabalhadores urbanos possuíam baixíssimas leis que os protegiam e, mesmo assim, não eram cumpridas. Após a Revolução de 30, por questões já discutidas, as massas populares urbanas ganharam uma atenção especial por parte de Vargas.

Aparece, assim, o “fantasma do povo”, na história política brasileira que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos. Com Getúlio, o Estado criará uma estrutura sindical que controlará durante todas as décadas posteriores, “*doará*” uma legislação trabalhista para as cidades (atendendo à pressão das massas urbanas, que manipula, sem molestar os interesses do latifúndio), estabelecerá, por intermédio dos órgãos oficiais de propaganda, a ideologia do pai dos pobres”. Enfim, *legalizará a “questão social”, ou seja, reconhecerá para as massas o direito de formularem reivindicações* (grifos meus) (WEFFORT, 2003, p.55).

Para além de todas as questões já discutidas (criação de uma estrutura sindical e manipulação das massas), ficou registrado para a história a existência, a partir da Era Vargas, de uma legislação trabalhista, de um direito conquistado que deve ser cumprido, independentemente do governo ou do momento político. Ao “legalizar a ‘questão social’”, Vargas produziu uma transformação substancial na vida de todos os trabalhadores. Não é à toa que por estes e, por outros motivos, é conhecido como o “pai dos pobres”.

Lula, pelos motivos já vistos, também teve uma grande receptividade entre as massas devido aos seus programas sociais. Dias depois da eleição do primeiro turno de 2006, Merval Pereira escreveu uma coluna para *O Globo* citando a pesquisa do professor de relações internacionais da PUC/RJ, César Romero Jacob:

A percepção do eleitorado, segundo o estudo de Romero Jacob, é de que Lula estaria protegendo a pobreza das pessoas e a pobreza das regiões. O país não está dividido, mas *a força de Lula entre os pobres, que querem manter os benefícios trazidos por seu governo, é evidente.*

[...]

Romero Jacob está convencido de que *essa parte norte e nordeste que votou fortemente em Lula votou com o bolso*, mas não apenas por causa da Bolsa Família. "Os vários programas que o governo desenvolveu nessas áreas acabaram dando à população a *percepção de Lula como pai dos pobres*", analisa ele, citando especialmente programas como o Luz para Todos, o Pronaf. E o Pró-Uni, que dá "a percepção de que Lula quer possibilitar que o negro e o pardo possam chegar à universidade". (PEREIRA, 2010, p. 129-130)³⁹.

Pela pesquisa de Jacob, Merval aponta para o fato do eleitorado pobre no Brasil ter votado maciçamente em Lula “com o bolso”, dando a percepção de “Lula como o pai dos pobres”. Em primeiro lugar, esta constatação reforça a tese de André Singer, que afirma ser o eleitorado pobre muito conservador. A votação de Lula, no Norte e Nordeste do país, sustenta as hipóteses de Singer sobre a preocupação deste eleitorado de baixa renda com sua estabilidade e progresso econômicos trazidos por seu governo, portanto, sem “desestabilizar a ordem”. Em segundo, por conta destes fatores, dada a “autoridade” vinda de cima, Lula passou a ser considerado “pai dos pobres” da mesma forma que Vargas.

A despeito destas características, é necessário fazer uma dupla constatação, uma em função do posicionamento destes líderes, de um lado, com as massas e, de outro, com o sistema capitalista e outra em relação às conquistas ou críticas derivadas dos respectivos programas sociais implantados. Sobre a primeira, ao instituir uma legislação trabalhista, nas expressões de Weffort, Vargas ofereceu “o reconhecimento da cidadania” às massas,

³⁹ Os programas sociais mencionados nesta citação, apesar de importantes do ponto de vista da análise geral do governo Lula, são pouco relevantes para o contexto *deste* trabalho, dado o recorte temático pretendido.

provocando a “possibilidade de uma ruptura na relação de identidade” entre o elas e o líder. Assim, deu condições para irem em busca de autonomia política, levando o Estado a perder o controle sobre as massas no governo Goulart, auge da crise do populismo, como já se fez referência. Em outros termos, a aquisição desta autonomia política, no limite, conduziu à contestação do próprio sistema econômico capitalista ao abrir caminho para o crescimento de fortes movimentos de oposição contra o capital. Em contrapartida, Marques e Mendes afirmam em relação a Lula:

Já a [sua] nova base de apoio, diluída em todo país e tendo em comum somente sua baixa renda, não constitui uma ameaça [de rompimento entre Lula e sua base]. Essa, por suas próprias características, mas também pelo caráter do benefício com que é agraciada, não tem motivos para contestar o governo Lula. Enquanto tais políticas tiverem prosseguimento, a população de baixa renda verá em Lula aquele que mudou sua vida para melhor. Para eles, o fato de a estrutura social, econômica e política do país reproduzir sem cessar os fatores que criam a pobreza onde se encontram não se constitui um problema, desde que o fluxo das transferências não seja interrompido. [...] Embora beneficie parcela significativa da população brasileira, a manutenção dos programas de transferência de renda não envolve valores tão expressivos. Isso significa que sua continuidade e aprofundamento não apresentam maiores problemas, não indo contra as demais propostas do governo Lula. Pelo contrário, programas desse tipo, de caráter assistencial e por isso compensatório, fazem parte de qualquer agenda neoliberal, a começar pela do Banco Mundial (MARQUES, MENDES, 2006, p. 72).

Para os autores, a contestação contra os limites impostos pelo Estado, como visto acima, não teve possibilidade de ocorrer no relacionamento entre Lula e as classes pobres beneficiadas com o programa de transferência de renda. Isso porque, mesmo com “a estrutura social, econômica e política do país reproduzir sem cessar os fatores que criam a pobreza onde se encontram”, as classes pobres ainda apoiarão o presidente “desde que o fluxo das transferências não seja interrompido”. Portanto, apesar da transferência de renda estar se mostrando extremamente importante para as classes pobres, ao não envolver “valores tão expressivos”, o Bolsa Família não se choca com as propostas neoliberais do governo, pois não mexe com os principais pilares destas políticas. Deste modo, em oposição

a Vargas, a extensão dos benefícios do programa de Lula, por mais que atinja um número considerável de famílias, além de não afastá-lo das classes pobres, também não as colocará contra as diretrizes econômicas do governo. Ou seja, seu programa não representa riscos para as políticas neoliberais dos organismos internacionais e, muito menos, para o sistema capitalista como um todo. Ademais, “programas desse tipo, de caráter assistencial e por isso compensatório, fazem parte de qualquer agenda neoliberal, a começar pela do Banco Mundial”.

Em relação à segunda constatação, relacionada às conquistas ou críticas dos programas sociais desenvolvidos, se os avanços do governo Vargas parecem já se terem consolidados, sendo objeto de constantes elogios, o mesmo não se pode falar de Lula, especialmente devido às características do Bolsa Família. Marques e Mendes também se preocupam com a questão. Em artigo escrito um ano depois deste supracitado, os economistas suavizam as palavras ditas anteriormente para afirmarem:

Apesar de o Bolsa Família não constituir um direito, sendo um benefício decorrente de um programa governamental, a rigor não pode ser comparado com as tradicionais políticas assistencialistas, voltadas para segmentos excluídos ‘minoritários’ que, no falar da literatura, estavam à margem da dinâmica da sociedade. Um novo conceito precisa ser elaborado para a realidade brasileira, pois quase 50 milhões de brasileiros não podem ser considerados uma ‘minoridade’ e nem é possível se defender que estejam à margem da acumulação capitalista brasileira. [...] Mas, na medida em que o governo não faz do Bolsa Família um direito, ganha força o entendimento que se trata de uma mera política assistencial. Mas assistencial no sentido vivido historicamente pelo povo brasileiro, de algo que um governo concede, porque assim quer. Contudo, no lugar de chamar o Bolsa Família de assistencial, melhor seria transformá-lo em renda mínima, a que toda família deveria ter direito. (grifos meus) (MARQUES, MENDES, 2007, p. 22)

O programa Bolsa Família é acusado por seus críticos de ser assistencialista, de estar muito mais a serviço do controle das massas e das eleições de Lula do que de ajudar definitivamente os pobres. Inclusive, alegar-se que este é um dos principais motivos para não prejudicar as políticas neoliberais do governo. Esta crítica é reforçada pelo fato do Bolsa

Família “não constituir um direito, sendo um benefício decorrente de um programa governamental”. Por conta disto, para os críticos, os avanços sociais, e foram muitos, não podem ser comparados àqueles representados pela Era Vargas, que tratou de conceder direitos aos trabalhadores. Contudo, amenizando suas críticas com relação à citação anterior, para Marques e Mendes “a rigor [o programa] não pode ser comparado com as tradicionais políticas assistencialistas” dado o universo de beneficiários atingidos por ele. De qualquer forma, alertam para o fato de que é preciso tomar as medidas necessárias, pois “na medida em que o governo não faz do Bolsa Família um direito, ganha força o entendimento que se trata de uma mera política assistencial”. Os autores propõem transformá-lo em uma renda mínima para escapar da acusação de assistencialista.

De qualquer forma, olhando em perspectiva ampla, os avanços sociais dos governos de Lula parecem completar àqueles de Vargas. Dentro do jogo político do populismo, este proporcionou uma série de melhorias sociais aos trabalhadores de baixa renda das cidades, os trabalhadores urbanos, enquanto Lula, por meio do “novo populismo”, propiciou tais melhorias – mesmo que passíveis de críticas – aos brasileiros em situação de pobreza e de extrema pobreza.

6. Conclusão

O trabalho demonstrou a proximidade dos governos Vargas e Lula nas relações estabelecidas com as massas. Por diferenças históricas, políticas e sociais, estas relações se deram em níveis diferenciados, pois cada qual estava delimitado por uma estrutural institucional, conveniências econômico-financeiras e alianças e estratégias próprias. As funções esperadas para o Estado em cada período também divergiam, pois enquanto, em um caso, pretendia-se um Estado interventor na economia, no outro, buscava-se um formato estatal diminuto, talvez um “Estado mínimo”, a ponto de tornar sua contribuição mais próxima das expectativas do sistema econômico internacional.

As diferenças quanto a estrutura geral da sociedade e do Estado nos períodos analisados não anulam a semelhança quanto ao estilo de governo utilizados. O governo de Lula, pouco importa se conscientemente ou não, reviveu em outros tons, obviamente com outras características, o velho populismo brasileiro da década de 40 e 50. Em linguagem matemática, talvez se possa dizer que Lula inverteu os sinais deste estilo de governo para desenvolver o “novo populismo”.

Passado mais de meio século, parece ser consenso a afirmação da necessidade à época, dentro do contexto histórico, da montagem de todo aquele arcabouço político e institucional do período varguista e que os avanços sociais, notadamente as leis trabalhistas, hoje representam um dos progressos mais significativos em relação aos direitos dos trabalhadores do Brasil. Em contrapartida, o governo Lula, de término ainda recente, é passível de análises muitas vezes tomadas pelo “calor dos acontecimentos”, inspirando críticos ou defensores a tomarem partido, mesmo sem a intenção explícita, encobertos pela “neutralidade” das pesquisas acadêmicas ou pelas análises políticas cotidianas. Em se tratando das críticas, as realizações sociais do seu governo, sobretudo o Bolsa Família, são constantemente acusadas de serem assistencialistas, trazendo mais votos do que benefícios reais aos pobres.

O distanciamento temporal para a análise histórica conduz a uma ambigüidade. As percepções mais cotidianas dos fatos são dificultadas, correndo-se o risco da perda de algumas observações importantes, mas também, propicia análises mais aprofundadas, dada a maior probabilidade de consolidação das transformações propostas em dado momento. Em outras palavras, de um lado, se as conquistas sociais da Era Vargas parecem consolidadas, de outro, apesar da diminuição da pobreza no Brasil nos últimos anos, caberá apenas à história afirmar a real abrangência dos programas sociais, em especial o Bolsa Família, do governo Lula.

7. Bibliografia

AMARAL, Oswaldo. “Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 1, p.01-44, jun 2011.

BETTO, Frei. *Calendário do poder*. São Paulo, Editora Rocco, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp): Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001, 9ª edição

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARQUES, Rosa Maria e **MENDES**, Áquila. “Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula”. *Revista Katálysis Florianópolis*, vol. 10, n. 1, pp. 15-23, janeiro/junho 2007.

MARQUES, Rosa Maria e **MENDES**, Áquila. “O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 1, pp. 58-74, janeiro/março 2006.

MOTA, Carlos G. e **LOPEZ**, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008, 2ª edição.

OLIVEIRA, F. “Programa de uma nova classe”. Reportagem, revista da oficina de informações. Ano IV, nº 46, p. 37-8, jul 2003.

SINGER, André. “Raízes Sociais e Ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos*, vol. 85, pp. 83-102, nov 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007, 7ª edição.

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Merval. *O lulismo no poder*. Rio de Janeiro: Record, 2010, 2ª edição.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.